

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio - Econômico

Departamento de Serviço Social

**O COTIDIANO E AS VIVÊNCIAS DOS MENINOS E MENINAS
ABRIGADOS NAS CASAS – LARES DE COQUEIROS**

Jussara Rozali de Farias

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
RECEBIDO E ARQ. VEST. 3
EM 20/02/04

P/Cristina Faustino
Feresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, 2004

JUSSARA ROZALI DE FARIAS

**O COTIDIANO E AS VIVÊNCIAS DOS MENINOS E MENINAS
ABRIGADOS NAS CASAS – LARES DE COQUEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio - Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito indispensável para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Marli Palma Souza.

Florianópolis, 2004.

JUSSARA ROZALI DE FARIAS

**O COTIDIANO E AS VIVÊNCIAS DOS MENINOS E MENINAS
ABRIGADOS NAS CASAS – LARES DE COQUEIROS**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de

BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

e aprovada em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2004.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Marli Palma Souza
Presidente da Banca

Márcia Gomes da Silva Oliveira
Assistente Social das Casas – Lares de Coqueiros

Prof^ª Rúbia dos Santos

Dedico este trabalho a todas crianças
e adolescentes que de uma forma ou
de outra se encontram em situação
de risco.

AGRADECIMENTOS

A professora Marli Palma de Souza, por seus ensinamentos, dicas e orientações que foram essenciais para a realização desta monografia.

A coordenadora do programa Casas – Lares de Coqueiros, Maria Tereza Barreto, pela sua compreensão e carinho nos momentos mais difíceis da minha vida.

A assistente social das Casas – Lares São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo, Márcia Gomes da Silva de Oliveira, pela sua paciência, companheirismo e profissionalismo, durante o processo de estágio, porque sem sua ajuda este trabalho não seria concretizado.

A todos os funcionários das Casas – Lares de Coqueiros pela confiança, respeito e amizade.

As crianças e adolescentes que se encontram abrigados, que são o objetivo único deste estudo.

Aos meus pais (Rose e Chico), por terem me colocado no mundo, me educado e me acompanhado durante toda a trajetória de minha vida, especialmente a minha mãe por ter me ajudado a superar e suportar grandes dificuldades.

A minha irmã Iara e principalmente ao meu irmão Francio, que é a estrela mais brilhante do céu.

Ao meu namorado, Fernando Tonelli (Nandinho), por estar do meu lado nos momentos difíceis e por seu amor e carinho.

E principalmente a Deus, pela força, esperança e serenidade que me iluminaram na criação deste trabalho e em toda a minha vida.

RESUMO

O presente trabalho teve como motivação a experiência de estágio desenvolvida nas Casas Lares, São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo, no período de março a julho de 2003. Seu propósito foi analisar o atendimento prestado aos meninos e meninas abrigados e a forma como estes vivenciam este atendimento, a partir do conhecimento das monitoras, visando obter subsídios para desenvolvimento de futuras ações. Para atingir esse objetivo foi realizada pesquisa empírica, na qual as duas monitoras de nível I de cada uma das Casas – Lares foram entrevistadas. O trabalho em questão está distribuído em dois capítulos. Enfatizamos no primeiro capítulo, as situações de risco, a violência intrafamiliar, o abrigo como medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90) e as questões de gênero nas Casas Lares. No segundo capítulo, abordamos o funcionamento das Casas - Lares de Coqueiros, a metodologia utilizada na pesquisa e finalizamos com a análise dos dados qualitativos obtidos na entrevista com os sujeitos da pesquisa.

Palavras-chaves: Situações de risco, Abrigo e Estatuto da Criança e do Adolescente.

SUMÁRIO

RESUMO	
APRESENTAÇÃO	09
CAPÍTULO I – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SITUAÇÕES DE RISCO, MEDIDAS DE PROTEÇÃO E QUESTÃO DE GÊNERO	
1.1 Situações de Risco.....	11
1.2 Violência Intrafamiliar.....	17
1.3 O Abrigo como medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ..	29
1.4 Questões de gênero nas Casas Lares.....	39
CAPÍTULO II – O COTIDIANO INSTITUCIONAL E AS VIVÊNCIAS DE MENINOS E MENINAS EM ABRIGO	
2.1 Casas – Lares São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo.....	45
2.2 Metodologia de Pesquisa	51
2.3 A coleta de dados e seus percalços.....	52
2.4 O atendimento aos meninos e meninas abrigados e a vivência desta medida de proteção..	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXO A	86
ANEXO B	98

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso foi baseado na experiência obtida durante o estágio curricular obrigatório, oferecido na 7ª fase, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado nas Casas Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, localizadas em Coqueiros, na cidade de Florianópolis, entre o período de março a julho de 2003.

As Casas Lares de Coqueiros compõe os programas desenvolvidos pela OSCOPAC (Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros), que é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos e de caráter assistenciais e filantrópicos, que visa à promoção humana, através dos programas que desenvolvem junto a diferentes grupos sociais.

As Casas Lares constituem-se numa alternativa de atendimento em regime de Abrigo as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, que sofreram maus-tratos, questões de abandono, negligência, e possuem fracos vínculos familiares, entre outros. O Abrigo se configura como uma medida de proteção, excepcional e provisória, preconizada pelo Estatuto da Criança e Adolescente, no caso de ameaça e violação de direitos.

Segundo o plano de ação do Serviço Social da instituição

O atendimento prestado aos abrigados compreende atividades lúdicas e escolares, cursos profissionalizantes e educativos, refeições diárias, reforço escolar, catequese e crisma, atendimento em grupos, acompanhamentos médicos, psicológicos e do Serviço Social. Procura-se priorizar o retorno familiar e, quando este não se faz possível, a colocação em família substituta, objetivando evitar a institucionalização prolongada e garantir o direito de convivência familiar e comunitária, buscando a garantia da cidadania, conforme o Estatuto (Lei Federal nº 8069/90).

Diante desta realidade apresentada, surgiu o interesse de estudar mais aprofundamente, as Casas Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, que exercem o mesmo tipo de programa (Abrigo), e que atendem respectivamente, o sexo feminino e o masculino. O objetivo deste estudo busca analisar o atendimento prestado aos meninos e meninas abrigados nas Casas Lares e a forma como essa experiência é vivenciada, por ambos os sexos.

Portanto, ao analisar tais aspectos, esperamos contribuir para as futuras intervenções profissionais, na busca da transformação da realidade social, na qualidade dos serviços e atendimentos prestados. A partir das questões que se evidenciarem nesta pesquisa, o profissional do Serviço Social, poderá contribuir para desconstruir práticas estigmatizantes e conservadoras.

O primeiro capítulo aborda as situações de risco, a violência intrafamiliar, o Abrigo como medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90) e as questões de gênero nas Casas Lares.

O segundo capítulo apresenta de forma abrangente as Casas Lares São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo: breve histórico, dinâmica institucional, demanda, corpo funcional e atuação do Serviço Social no âmbito institucional. Descrevemos a metodologia do trabalho e os resultados da pesquisa, ou seja, a análise e interpretação dos dados levantados, através das entrevistas realizadas com duas monitoras de cada Casa - Lar.

Para finalizar foram apresentados às considerações finais e sugestões acerca do estudo, as referências bibliográficas e o anexo. Nos anexos, encontra-se, o regimento interno das Casas Lares de Coqueiros e o instrumento de pesquisa utilizado.

CAPÍTULO I

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SITUAÇÕES DE RISCO, MEDIDAS DE PROTEÇÃO E QUESTÃO DE GÊNERO

1.1 As Situações de Risco

O nosso país depara-se com diversas questões contraditórias, principalmente, de ordem econômica, política, social, histórica e cultural. A legislação nacional (Constituição Cidadã de 1988) é considerada de “primeiro mundo”, mas o país apresenta contrastes econômicos e sociais extremos, que inviabilizam a sua implementação, se tornando uma das questões mais alarmantes da atualidade, inclusive na área social, a partir da exclusão e massificação das classes populares, que necessitam diretamente e efetivamente de benefícios sociais e conseqüentemente do amparo do Estado. O Brasil, como coloca Fleuri

...tem hoje um enorme potencial econômico. Sua riqueza é, porém, distribuída de modo espantoso desigual. A concentração fabulosa de pobreza e poder de uma minoria contrasta com a situação de miséria e de marginalização social, econômica e política da maioria, assim, como o desespero e desalento das classes medias progressivamente proletarizadas. (FLEURI, 1998, p. 46)

As regras do sistema econômico são ditadas pelo sistema capitalista atual. O modelo adotado pelos países é o neoliberalismo¹, sua ideologia é a obtenção de lucro, e não está direcionado para as condições iguais de vida para a sociedade, pelo contrário, origina a

¹ Podemos considerar como inaugurador do modelo neoliberal os governos de Margeth Thatcher e Ronald Regan no início dos anos 80, quando ocorreram profundos cortes de investimentos sociais internamente, percebendo-se uma grande necessidade de formar blocos econômicos que ajudaram a suprir gastos com a circulação de produtos e capitais.

desigualdade. Um dos aspectos importante na crise atual, diz respeito às profundas alterações que vêm acontecendo no mundo do trabalho, através da globalização, do avanço das tecnologias e dos investimentos financeiros internacionais, redução dos gastos na produção, afetando diretamente a classe trabalhadora.

O sistema atual promove a pobreza maciça, a exclusão, a desigualdade, o desemprego, mas principalmente não trata estas conseqüências, com a ausência de políticas sociais que atendam no mínimo as necessidades básicas da população.

Atualmente o trabalho não é entendido para satisfazer as necessidades humanas, mas sim, pelo sistema econômico, como o grande produtor de riquezas, manipulando o mundo do mercado, exigindo cada vez mais qualificação profissional, qualidade total, e deixando um grande contingente de pessoas excluídas do processo formal. Em relação ao trabalho,

Há para um contingente pequeno de trabalhadores de maior qualificação, que têm garantido seus benefícios sociais, sua estabilidade e seus direitos assegurados. Ao mesmo tempo, para a maioria da força de trabalho de baixa qualificação, os custos sociais têm sido altos: trabalho temporário, salários menores, perda de benefícios sociais, etc. (LOPES, 1994, p. 71)

Nos últimos anos, as estratégias neoliberais têm imposto ao cotidiano da classe trabalhadora a situação do desempregado em condições exacerbadas. Com a política neoliberal, aumenta cada vez mais a desigualdade que distancia as classes sociais e que torna quase impossível a inserção da maioria do contingente populacional já excluído do mundo do trabalho assalariado. Para estes...

... o turbilhão de transformações produtivas que atinge o mundo do trabalho moderno, tende a emergir um mundo do trabalho de novo tipo, caracterizado, principalmente, pela precariedade e insegurança no trabalho assalariado e pela massa crescente de desempregados (ALVES, 1996, p.25-33).

A privatização é um grande incentivador do desemprego e do trabalho informal, neste processo o Estado reduz seu âmbito de atuação, não conseguindo fiscalizar o sistema como um todo, porque não é mais só público. Desta forma, precisa negociar interesses particulares das grandes empresas, estas por sua vez, compram mais equipamentos, realizam o “enxugamento”, isentam-se de impostos, terceirizam os serviços, contratam temporariamente, pregam a mão de obra barata. Portanto, enfrentamos o capitalismo “selvagem”, suas conseqüências são pobreza maciça, exclusão, desigualdade, subemprego, trabalho informal, desemprego, entre outros.

As razões do desemprego? A competitividade. As razões econômicas prevalecem. As razões sociais desaparecem. Num mercado aberto, as empresas devem ser competitivas. Devem aumentar a produtividade. Como? Substituindo a mão-de-obra por máquinas e demitindo trabalhadores. (COMBLIN, 1999, p. 107)

Neste contexto, o emprego se tornou seletivo, quem não consegue inserir-se no trabalho formal, se sente obrigado a trabalhar no mercado informal, onde não tem direito a nenhum benefício. Os desempregados dificilmente encontram outro emprego igual ao que perderam, e acabam se submetendo a qualquer oferta e condição de trabalho, mesmo que seja precário e subumano, [...] “são as vítimas da competitividade, porque o modelo é indiferente às pessoas humanas. Quando o mercado não precisa de você, você deve desaparecer, não tem mais razão para sobreviver.” (BUARQUE, 1992, p.13)

O modelo de distribuição de renda adotado pelo Brasil é concentrador de riquezas e extremamente excludente, proporcionando para uma minoria, qualidade de vida e para a maioria da população, são impostas condições degradantes que a colocam em situações de risco social.

... são pessoas, famílias e comunidades privadas de acesso a condições mínimas de bem-estar e de dignidade e bloqueadas, por isso mesmo, do

acesso ao exercício pleno da cidadania em suas dimensões civil, política e social. Pelo que há de vulnerável e frágil nesta circunstância é que este esforço de caracterização não se dirige à tarefa de traçar perfis ou rótulos para os destinatários dos programas de política de assistência social, o que realmente importa, do ponto de vista em que nos situamos, é a identificação dos contextos em que se configura o que temos procurado caracterizar como situação de risco (COSTA, 1990, p. 72).

As situações de risco são entendidas como resultantes das contradições inerentes à perversa desigualdade econômica e social, principalmente da situação de extrema pobreza, dificuldade, precariedade e escassez de benefícios sociais. Porém, estes benefícios são garantidos em lei, mas o que ocorre é um processo contínuo de desrespeito aos direitos básicos sociais, tais como alimentação, habitação, educação, transporte, saúde, saneamento básico, lazer, cultura, entre outros.

A queda vertiginosa dos salários e o crescente aumento do sub e do desemprego em nosso país, ocasiona um retrocesso social democrático: o problema revela-se no empobrecimento generalizado da população trabalhadora e na incorporação de novos grupos sociais à condição de pobreza ou extrema pobreza (LAURELL, 1995, p.151).

A alteração substancial dos mecanismos de seleção/exclusão desta população, estão relacionados diretamente à superação do modelo vigente, ditador das políticas e do mercado de trabalho e consumo.

A classe dos excluídos cresce. O sistema vai gerando levas e levas de excluídos: estes já não participam mais da vida social, ficam revoltados, desencantados. Muitas vezes tornam-se violentos ou cedem aos vícios: não é sem razão que as drogas são o sinal mais evidente da presença de uma sociedade neoliberal. (COMBLIN, 1999, p. 109)

A impossibilidade de inserção no mercado de trabalho tem aumentado as dificuldades de sobrevivência das famílias. A falta de recursos materiais necessários para a subsistência, indubitavelmente, é uma ameaça às suas vidas, [...] “o desemprego destrói as famílias. Cria um ambiente de depressão, nervosismo, rancor, agressividade que deprime a

vida do casal. É quase impossível manter uma vida de família harmoniosa, se o chefe da família é desempregado”. (COMBLIN, 1999, p. 109)

As famílias vivem duplamente a não universalização das políticas sociais e a desigualdade do mercado, interligadas as políticas de emprego, salário, distribuição de bens de produção e consumo.

A proletarização, que faz do salário o elemento central de sobrevivência: a concentração da população em centros urbanos, que rompe o vínculo imediato com a natureza como meio de subsistência, o desaparecimento das formas tradicionais de proteção social, que faz aparecer à insegurança social e a pobreza (LAURELL, 1995, p.153).

O fato de não terem sido instrumentalizados para se defender das situações que ameaçam a sua segurança e desenvolvimento, coloca em risco o seu presente e as suas perspectivas de futuro. Vivem, portanto, num persistente ciclo de situações de risco, relacionados diretamente às violações dos direitos sociais.

Um sistema econômico que não supra as necessidades básicas da população deve ser descartado, pois, acima de tudo, constitui transgressão ao mais elementar dos direitos humanos, que é o sobrevivência. Emprego é direito humano, em sua forma mais visceral. Sem emprego, o cidadão não tem meios de sobrevivência, de sustentar a família, excluindo-se do processo social e submetendo-se aos dramas morais e econômicos da miséria e da marginalidade. (CASTRO, 1998, p. 1-3)

Os cidadãos que se encontram em situações de extrema pobreza são vítimas de múltiplos processos que os excluem dos padrões correntes de inserção social, categorizados como marginalizados, empobrecidos, em situação de risco, entre outros. Segundo relatório da ABONG, há milhões de indivíduos

... desde aqueles que se encontram na condição de miseráveis, abaixo da linha de pobreza, isto é, que não tem o suficiente para comer todos os dias, até todos os demais que, ganhando abaixo de 2 salários mínimos mensais, representam a grande maioria do povo brasileiro. (ABONG, 1995, p. 3)

Neste contexto, as famílias vêm passando por várias crises, conflitos e tensões. Dentro de um quadro de escassez, de privação e em alguns casos, falta de perspectiva para o futuro, a capacidade de união, desenvolvimento “sadio”, solidariedade, construção social se tornam ameaçados.

As políticas sociais não dão conta de amparar a família brasileira, pois há uma redução cada vez maior de gastos para com esta, e vigora, desta forma, o fortalecimento do Estado mínimo, reforçado por medidas neoliberais. As políticas sociais estão cada vez mais precárias, discriminatórias, seletivas e compensatórias, forçando a desintegração da família e por consequência o distanciamento dos subsistemas, como por exemplo, muitas vezes as crianças são abrigadas porque a família não tem suporte econômico. (OLIVEIRA, 1998, p.16)

A família constitui um grupo fundamental para o desenvolvimento humano, contribuindo para a construção da identidade dos sujeitos. Assim diante do agravamento da miséria, da marginalidade e da exclusão, os valores da família estão sendo ameaçados e perdendo sua força. Diante de tantos problemas, a família que deveria ser um refúgio seguro, tornou-se um lugar, que coloca em risco a segurança física e emocional de seus membros, principalmente, as crianças e adolescentes que em muitos dos casos, acabam se encontrando em situação de risco pessoal e social, sendo abrigados até que sejam resolvidos os problemas familiares. “A internação em instituições tem sido historicamente uma saída, pois muitas famílias estão em total situação de miséria e não dispõem de recursos materiais e emocionais para a criação dos filhos no âmbito familiar.” (CARVALHO, 2000).

As crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, encontram-se com os seus direitos ameaçados e violados, como maus - tratos, negligência, abandono, entre outros, que na maioria dos casos ocorre dentro do próprio âmbito familiar. Diante desta questão social, várias destas situações são encaminhadas para os Abrigos, como medida de proteção, garantido em lei, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

No próximo item, apresentaremos as situações de risco mais comuns vivenciadas por crianças e adolescentes, como consequência da crise econômica e social, que interfere diretamente e indiretamente nas questões familiares, resultando muitos casos de violências, principalmente, de pais ou responsáveis contra seus filhos, diante deste contexto excludente.

1.2. Violência Intrafamiliar

A violência está associada à forma como a sociedade se organiza, distribui os seus bens e serviços e constrói seus valores e normas. Ela tem raízes profundas nas estruturas culturais, sociais, econômicas e políticas. A violência é representada pelas ações de indivíduos ou grupos, e causa danos físicos, emocionais, morais e espirituais a outros e poderá assumir várias formas distintas.

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem estar, as integridades físicas, psicológicas ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometido dentro ou fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue. (BRASIL, 2001, p.16)

A violência intrafamiliar ocorre em todas as classes sociais, entre pessoas de diferentes culturas, graus de escolaridade, religião, profissão ou posição política. Cada família tem a sua própria dinâmica e estrutura, com diferentes histórias, realidades sócio-econômicas e culturais. Cada uma possui seu jeito próprio de viver e, por isso, a violência intrafamiliar pode manifestar-se de diferentes formas.

Devido aos inúmeros modelos familiares, Miotto (1997), salienta que não é possível falar de família, mas sim de famílias, pois esta se encontra diversificada em diferentes arranjos familiares. Desta forma, a autora conceitua família como

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unida (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (MIOTTO, 1997, p. 120).

Podemos entender a família como instituição historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual está inserida. Dessa maneira existem diferentes formas de família, dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo.

A família é uns tipos especiais de sistema, que não possui uma história, isto é um passado e um futuro. Não podemos, portanto, restringir a família aos relacionamentos consangüíneos. [...] Podemos vir a ter que considerar família como qualquer grupo que tenha um relacionamento em andamento. (SILVA, 1997, p. 54).

Embora todas as pessoas possam agredir ou serem agredidas, as maiores vítimas de violência intrafamiliar são as mulheres, crianças, jovens, pessoas idosas, homossexuais, portadores de deficiência física e/ou mental.

A família para Ribeiro (1999), é um processo, relação, movimento, tem ritmo próprio de apropriação dos valores, crenças, hábitos e atitudes ordenadoras de relações e práticas, em acordo com o meio social e a época histórica. A violência intrafamiliar sempre esteve marcada neste processo histórico e cultural.

Segundo dados do IBGE, atualmente, as violências e os acidentes juntos constituem a segunda causa de óbitos no quadro da mortalidade geral brasileira. Inclusive nas idades de 1 a 9 anos, 25% das mortes são devidas a essas causas. E de 5 a 19 anos é a primeira

causa entre todas as mortes ocorridas nessas faixas etárias. Ou seja, a gravidade desse problema atinge toda a infância e adolescência. E as lesões e traumas físicos, sexuais e emocionais que sofrem, embora nem sempre sejam fatais, deixam seqüelas em seus corpos e mentes por toda a vida. Diante deste contexto, apresentaremos os tipos de violência intrafamiliar.

Os tipos mais freqüentes de violência intrafamiliar contra a mulher são os que ocorrem na relação conjugal (entre marido e mulher) e na relação parental (entre pai e filha). Em geral, as meninas, mulheres e adolescentes sofrem este tipo de violência por conta de mitos e preconceitos – que resultam de séculos de relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Nos últimos 50 anos, o mundo passou por grandes mudanças nos hábitos e costumes, porém, apesar do aumento da participação feminina na vida política, cultural e econômica, ocupando espaço nas mais diferentes profissões, as mulheres ainda são discriminadas.

A violência contra os idosos acontece quando os mesmos são isolados por parentes, impedidos de sair de casa, de ter acesso aos rendimentos de pensão, de aposentadoria ou de utilizarem seus bens (patrimônio pessoal). Com freqüência, os idosos nem se dão conta da violência sofrida, ou então ficam calados para proteger a família.

No caso dos portadores de deficiência, a violência manifesta-se como discriminação dentro da família, com o isolamento do convívio familiar e social, e também quando a família, por considerá-los diferentes (desiguais), deixa de buscar os seus direitos à educação, saúde e assistência social, impedindo-os de viver com dignidade.

A violência contra crianças e adolescentes acentua-se pela incapacidade ou dificuldade que as mesmas têm para defenderem-se. De acordo com Azevedo e Guerra (1989),

“na sociedade também existe muitas formas de dominar o mais fraco através do poder, e muitas vezes esse poder é cruel e tenta excluir os mais fracos”.

Segundo Azevedo e Guerra (1989), as formas de poder mais comuns são:

- O do rico sobre o pobre – “poder econômico”
- O do homem sobre a mulher – “poder de gênero”
- O da raça branca sobre as outras raças – “poder étnico”
- O do adulto sobre a criança – “poder adultocêntrico”.

Essas diferenças foram construídas e solidificadas pela própria sociedade, mas que historicamente e culturalmente precisam ser desmistificadas, para alcançarmos a igualdade de direitos entre pobre e rico, homem e mulher, branco e negro, adulto e criança. Desta forma, tais violências seriam amenizadas.

O poder é um dos principais motivos que levam os adultos, preferencialmente os pais, a usar da violência contra criança e o adolescente, como que acreditando que o fato de ser maior, de os ter colocado no mundo ou de ter o dever de educá-los dessem também o direito de agredir ou abusar de seus corpos, de desconsiderar suas vontades ou de usá-los para atender aos desejos do adulto. (GUERRA, 1998, p. 21).

Além do poder, muitas outras questões acontecem na família que contribuem para que a violência aconteça: o abuso de álcool e drogas, o abuso de medicamentos, gravidez não desejada, desemprego, dívidas constantes, isolamento da família e um estilo de vida que desconsidera as crianças. É bem possível que muitas famílias vivam esses problemas e nem se dêem conta, ou até que saibam que estão se deixando engolir pelos problemas, mas não conseguem resolvê-los.

Existem quatro formas mais conhecidas de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: física, psicológica, negligência e sexual.

A violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas (hemorragias, fraturas, etc.) e externas ou ambas. Mais recentemente, o castigo repetitivo não-severo, também passou a ser considerada violência física. Segundo Monteiro e Phebo (1997), violência física “é o uso de força física contra a criança ou adolescente, de forma não acidental, causando-lhe danos físicos e/ou psicológicos”.

Essa violência pode causar conseqüências físicas ou psicológicas, deixando ou não marcas aparentes. Dependendo da gravidade, a agressão pode causar danos temporários, permanentes ou mesmo a morte.

A violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui ameaças, humilhações, agressões, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro.

A violência psicológica é uma das formas mais comuns de violência praticada contra criança e o adolescente. Por outro lado é uma das mais difíceis de ser identificada. Ela pode levar a pessoa a sentir-se desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade. Situações que se arrastam por muito tempo e se agravam, podem provocar o suicídio.

A violência psicológica conforme Deslandes (1994), é “toda atitude constante do adulto (ou pessoa mais velha) em relação à criança ou o adolescente de forma a depreciá-lo, bloqueá-lo em seus esforços de auto-aceitação, enfim, interferir de maneira negativa causando-lhe sofrimento mental”.

É comum depararmos com adultos ameaçando crianças com agentes externos do tipo: bicho-papão, bruxas, monstros e polícia, geralmente para que a criança durma, coma ou

pare de chorar. Uma coisa tão comum, mas que é violência psicológica, porque esse agente externo provoca medo, e este no imaginário de uma criança pode gerar sérias conseqüências no comportamento e no desenvolvimento.

Há também outras formas que são consideradas violência psicológica, como por exemplo: rejeitar, aterrorizar, degradar, corromper, produzir falsas expectativas e extremas exigências.

A violência sexual faz parte também da violência intrafamiliar, mas pode ocorrer em outros espaços e em diferentes tipos de relacionamentos, como ambiente de trabalho ou na rua, entre outros. Consideramos ser uma das formas de violência que mais se contrapõe ao modo de ser criança, pois particularmente força uma sexualidade que não faz parte da sua idade.

A violência sexual é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, contra a vontade, por meio da força física, da influência psicológica (intimação, aliciamento, sedução) ou do uso de armas ou drogas.

... é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (AZEVEDO e GUERRA, 1995).

A violência sexual apresenta-se sobre a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente, pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyerismo², exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem

² Enfatizado aqui, como desvio sexual que consiste em sentir prazer em observar outras pessoas em suas práticas íntimas, tais como: banho, relações sexuais, etc.

contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia.

Conforme Azevedo e Guerra (1997):

- A violência sexual doméstica faz uma vítima em 3 a 4 meninas, até a idade de 18 anos;
- De 6 a 10 meninos, 1 será vitimizado sexualmente até os 18 anos;
- Mais de 1/3 das notificações de violência sexual envolvem crianças de 5 anos, ou menores;
- Embora haja vítimas de 0-19 anos, a idade mais freqüente varia de 8-12 anos;
- 85-90% dos agressores são pessoas conhecidas da criança;
- A maioria dos agressores são homens (especialmente pai/padrasto).

A violência sexual doméstica não pode ser entendida somente na relação agressor-vítima, ela é uma questão do contexto familiar onde todos os seus membros estão envolvidos e comprometidos. Esta é a família do tipo incestogênica, que apresenta as seguintes características em sua dinâmica:

- Manifestação inadequada de afeto: afeto é dado de forma erotizada;
- Comunicação empobrecida: a comunicação não é aberta, o que leva o abuso sexual a uma síndrome de segredo, dificultando com isto sua revelação, bem como, há uma falta de expressividade emocional no sistema familiar;
- Isolamento social: possuem poucas relações exteriores e as relações interiores são rígidas, estruturadas no princípio da homeostase, ou seja, são resistentes à mudança, pois esta pode levar ao rompimento familiar. O abuso sexual funciona como um sintoma que regula e evita o conflito dentro da família incestogênica. São famílias com pouca participação na vida escolar de seus filhos;

- Falta de limites intergeracional: no caso de abuso pai-filha esta passa a ser a “esposa” do pai.
- Insatisfação conjugal: há uma disfunção sexual na díade parental;
- Inversão hierárquica: nas famílias incestogênicas, os filhos acabam assumindo as funções dos pais de cuidados e proteção;
- Negação do abuso: quando exposta à revelação do abuso (disclosure), o mecanismo mais freqüentemente adotado é o da negação para tornar possível a convivência com a culpa.

Além da compreensão da dinâmica da família incestogênica é relevante destacar algumas características dos principais envolvidos no abuso sexual pai-filha:

- O pai abusador é a autoridade máxima na família necessitando exercer o poder e exigindo obediência. Geralmente enfrenta problemas na área da sexualidade, podendo ainda apresentar comportamento exibicionista e abuso de álcool ou drogas;

... o abusador intrafamiliar é caracterizado como perpetrador dito regressivo, isto é, o adulto que não detém orientação sexual preferencial pela criança mas que pode voltar-se para ela em determinados momentos de sua vida, quando sob stress, ou quando as condições da família tornam-se desfavoráveis. (FARINATTI, 1993, p. 93).

- A mãe geralmente se mostra passiva, com baixa auto-estima, embora possa adotar postura superprotetora;
- A criança vitimizada costuma ser passiva, dependente, podendo mostrar-se extremamente revoltada, agressiva e promíscua na adolescência.

Segundo Farinatti (1993), existem outros graus de parentesco entre o agressor e a vítima:

- O padrasto é o personagem que aparece como perpetrador em maior porcentagem dos casos;
- O pai biológico é o segundo maior agressor depois do padrasto;

- Avô: o abuso que ocorre na díade avô/neta se faz com maior representação quando o avô, companheiro da avó, não tem vínculo genético com a neta;
- Irmãos: o abuso sexual entre irmãos pode ocorrer entre indivíduos que têm um ou os dois pais em comum. Este tipo de abuso tende a ocorrer quando: os pais estão distantes ou inacessíveis, há estimulação de condutas por parte dos pais. Existem relações sexuais extramaritais.

Uma questão delicada no lidar com o abuso sexual é que este vem envolto de sedução e coloca a criança abusada numa posição “especial” diante dos outros membros da família. Por mais que nos pareça confuso, esta criança tem o sentimento de ser a escolhida. São sentimentos conflitantes de prazer e medo (devido às ameaças) que alimentam o segredo no abuso sexual.

A gratificação secundária através de subornos e recompensas pode ter efeitos extremamente corruptores. As crianças que sofreram abuso sexual e apresentam comportamentos tortuosos freqüentemente tiveram relacionamentos abusivos mantidos por aspectos de suborno e recompensas. Isto inclui recompensas materiais que a criança sabe não serem recebidas pelas crianças que não sofrem abuso. Também inclui convencer as crianças de que elas são melhores, mais encantadoras e mais especiais que outras pessoas significativas na sua vida, assim como suas mães, irmãos e outras crianças... O abuso sexual pode levar a um papel de pseudoparceria que ela pode querer manter, mesmo ao custo de confusão e perturbação emocional. O forte apego das vítimas em relação à pessoa que abusa é em alguns casos, um reflexo do fato de que a atenção abusiva que a criança obtém é a atenção parental mais importante, ou inclusive o único que recebe. Apesar dos possíveis efeitos prejudiciais, as crianças podem não querer desistir desse relacionamento, que sentem ser positivo enquanto não têm experiências alternativas... (FARINATTI, 1993, p. 37).

As conseqüências da violência sexual são diversas. Segundo Faleiros (1997), as crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual possuem: depressão, descontrole, anorexia, dificuldades nos estudos, isolamento social, problemas de concentração, problemas digestivos, fobias, ansiedades, hiperatividade, distúrbios no sono, pesadelos, sensação de estar sujo, entre outros.

Outra forma de violência intrafamiliar é a negligência e o abandono. Assim, são chamadas as omissões dos pais ou de outros responsáveis (inclusive institucionais) pela criança e pelo adolescente, quando deixam de prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento físico, emocional e social. O abandono é considerado uma forma extrema de negligência. A negligência significa a omissão de cuidados básicos como a privação de medicamentos, a falta de atendimento aos cuidados necessários a saúde, o descuido com a higiene, a ausência de proteção contra as inclemências do meio (frio e o calor), o não provimento de estímulos e das condições para a frequência à escola.

A negligência tão presente nas famílias é um tema controvertido, pois está intimamente relacionado com as condições estruturais da sociedade, que exclui grande camada da população das oportunidades de acesso ao conhecimento, à geração de renda e distribuição de riqueza.

Por causa desta situação de miséria e de extrema pobreza em que muitas famílias vivem no Brasil, grande parte delas chefiada por mulheres que precisam trabalhar fora de casa para garantir a sobrevivência dos filhos, a identificação da negligência frequentemente é um ato de difícil discernimento. Principalmente quando o profissional ou a equipe de saúde se depara com o questionamento da existência de intencionalidade numa situação objetiva de negligência. Alguns autores refletem que uma boa referência é comparar os recursos que aquela família dispõe para suas crianças com os recursos oferecidos por outras famílias de mesmo estrato social. Outros estudiosos sugerem a comparação dos tratamentos dispensados a cada filho, buscando identificar algum tratamento especialmente desigual. No entanto, independente da culpabilidade dos pais ou dos responsáveis pelos cuidados da vítima, é necessária a notificação e a tomada de decisão a favor da proteção a criança e ao adolescente que está sofrendo a situação de desamparo. A negligência é...

... Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças ou adolescentes sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado numa transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa ‘coisificação’ da infância, isto é, numa negação de direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento. (AZEVEDO & GUERRA, 1998, p. 35).

Portanto, a negligência é a omissão ou inadequação de atendimento às necessidades básicas por parte de pais ou responsáveis em relação às crianças ou adolescentes, nas áreas de alimentação, higiene, educação, saúde física e mental, supervisão e atenção.

A negligência é causada por uma conjunção de fatores culturais, sociais, econômicos e psicológicos. Alguns destes fatores são:

- Isolamento da família;
- Dificuldades da família em utilizar a rede informal e as instituições de sua comunidade;
- Dependência química de algum (ns) membro(s) da(s) família(s);
- Traumas de infância dos pais ou responsáveis;
- Famílias monoparentais com “rede social” insuficiente;
- Troca constante de parceiros pelo genitor responsável;
- Desconhecimento dos pais ou responsáveis quanto às necessidades infantis e aos diferentes estágios de desenvolvimento da criança;
- Paternidades inconscientes, oriundas da falta de planejamento familiar, gravidez precoce com filhos indesejados;
- Socialização deficitária das atividades familiares;
- Apatia, impulsividade e/ou autoritarismo dos pais;
- Stress dos pais ou responsável;
- Falta de informações básicas;

- Papéis deficitários ou invertidos na família.

Algumas das conseqüências mais observadas em crianças ou adolescentes negligenciados são: processo de desenvolvimento e de crescimento retardado, problemas de saúde crônica, problemas na conduta, privação cultural, sentimentos de rejeição e baixa auto-estima, desnutrição, depressão, timidez, deficiências cognitivas ou neurológicas, entre outros.

Enfim, a negligência é abandono, falta de cuidados, de atenção, de proteção. O abandono parcial é a ausência temporária dos pais, expondo os filhos ou dependentes a situações de risco. O abandono total é o afastamento do grupo familiar, ficando a criança ou o adolescente sem habitação, desamparada, exposta a várias formas de perigo.

As formas de violência intrafamiliar, apresentadas neste item são na maioria dos casos, os maiores motivos de abrigamento de crianças e adolescentes que se encontram em risco social e pessoal. Nas Casas Lares de Coqueiros, segundo o cadastro do CEJA (2003), preenchido pelo Serviço Social da instituição, o maior motivo de abrigamento é os que estão relacionados com os maus-tratos somando 13 casos do total de 27 abrigados. Já a negligência aparece em segundo lugar com 9 casos, depois o abandono com 5 casos, óbito do pai ou mãe 3 casos, violência sexual 2 casos, transferência de outros abrigos 2 casos e problema de alcoolismo dos pais 1 caso.

Portanto, no próximo item, apresentaremos o Abrigo, como uma das alternativas de proteção a esta demanda, e como ele se enquadra dentro da política social da criança e do adolescente.

1.3 O Abrigo como medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente

Antes de abordarmos o Abrigo, previsto como medida de proteção na legislação atual (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8069/90) é importante situar as formas históricas de institucionalização a que estiverem sujeitas à infância e juventude brasileira.

Durante os quatro primeiros séculos de nossa evolução histórica, a questão da infância e adolescência brasileira foi assumida pela igreja por meio das confrarias, irmandades e casas de misericórdia, que cuidavam de órfãos e abandonados, pois nesse período não existiam instituições que atendessem na época a chamada “infância desvalida”.

No transcurso dos séculos as considerações acerca da infância sofreram substanciais modificações, entretanto, esta mesma infância se reveste de alguns significados que permaneceram imutáveis através dos tempos. Um deste diz respeito à continuidade física. Ao sobreviver a seus pais, a criança assegura a sobrevivência biológica da raça humana. Outro significado importante da criança é o seu valor econômico enquanto propriedade e enquanto bem produtivo. A prova dessa assertiva reside na existência de numerosos códigos de propriedade legal, de herança que se referem às crianças, refletindo de certa forma, a preocupação de diferentes sociedades com a inversão representada pelos cuidados e educação de uma criança. (GUERRA, 1985, p. 21).

Ao longo séculos, no imaginário social, o lugar da criança era fora da sua família biológica, repassando as funções de proteção e socialização das crianças às amas-de-leite, rede parental ou famílias substitutas, com a finalidade de educar, principalmente com funções domésticas. A partir dos séculos XV e XVI, “as crianças eram chamadas então de aprendizes. Durante esse tempo, desincumbem-se de todas as tarefas domésticas”. (ARIÉS, 1978, p. 226).

No século XVII, com o surgimento da família moderna, se solidifica o hábito geral de educar as crianças na escola. A escola passa a aproximar o sentimento de família com o sentimento da infância. Desta forma, a família se concentrou em torno da criança e “o clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola” (ARIÉS, 1978, p. 232).

Diante do crescente problema do abandono, no século XVIII, no Brasil, a Roda dos Expostos surge como solução para preservar a vida de recém nascidos, que suas famílias não podiam cuidar. Apresentava, portanto, como objetivo o recebimento de crianças recém-nascidas que estavam em situação de abandono. Esta era um cilindro fechado num dos lados e localizavam-se nos muros dos conventos. Existiam nas principais cidades do país como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros. Anteriormente a este processo, tais crianças eram deixadas nas portas das casas, nas ruas ou lixos, encontrando em situação perigosa, podendo levá-las a morte. “O terrível espetáculo de crianças mortas de frio e fome, ou devorados por cães ou porcos, inspirou aos governos das cidades a idéia de criação da Roda”. (SILVA, 1997, p. 38).

No início do século XX, as Rodas tornam-se orfanatos. “Muitos ‘filhos da roda’ eram entregues aos cuidados de ‘amas-de-leite’, mas o crescente número de crianças e as dificuldades de manutenção do cuidado pelas ‘amas’, levou a criação de grandes orfanatos, onde estas crianças eram atendidas coletivamente”. (CARVALHO, 1993, p. 07)

O objetivo de tais instituições era de corrigir, disciplinar, reformar, um contingente de crianças e adolescentes que não se “enquadravam” aos padrões de conduta da época. Havia uma dualidade na situação: proteger os internos de um mundo hostil e a sociedade da

convivência com seus “menores”. Estas instituições apresentavam uma conotação de isolamento e fechamento, eram descritos como prisões, verdadeiras instituições totais.

Toda instituição tem tendência de ‘fechamento’ (...) verificamos que algumas são muito mais ‘fechadas’ do que outras. Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico. A estabelecimentos dou o nome de instituições totais.” (GOFFMAN, 1992, p. 16).

Ao falar de instituições surge à necessidade de uma reflexão sobre apego, trocas afetivas, vínculos, entre outros. São estes fatores que movem e determinam a maioria das características de um ser humano e modelam sua personalidade. Tais sentimentos contribuem para a sobrevivência da espécie, pois pressupõe que um adulto proteja a criança das ameaças exteriores.

O apego íntimo a outros seres humanos é o núcleo em torno do qual gira a vida de uma pessoa, não só enquanto bebê, criança pequena ou criança de escola, mas também durante a sua adolescência e maturidade, até a velhice. E desse apego íntimo que reiteramos a força e o prazer da vida e proporcionamos também a força e prazer a outros. Nessas questões, a ciência atual e a sabedoria tradicional se identificam. (BOWLBY, 1984, p. 468)

Os cuidados que a mãe ou uma substituta, dispensa a seu bebê, são valores positivos por estarem associados principalmente, a situações em que as necessidades básicas, como a alimentação, o banho, a troca de roupas, o vínculo, o amor, são atendidas. Estabelecendo desta forma uma ligação afetiva forte e de segurança que está ligada diretamente ao desenvolvimento da personalidade, indispensável para a saúde mental do bebê.

O valor das experiências que uma criança pequena tem com uma mãe e um pai afetivos, que lhe proporcionam fontes de estimulação e lhe dão condições de enfrentar o mundo com coragem e dignidade, permitindo-lhe ter confiança nas pessoas, é um modelo extremamente favorável para o desenvolvimento da personalidade e identidade da criança, e refletirão de maneira forte na questão dos relacionamentos afetivos futuros.

Portanto, é essencial que uma criança ou adolescente tenham a oportunidade de se desenvolverem dentro de um ambiente familiar, pois institucionalizar não representa a melhor solução, porque priva a criança de um convívio afetivo que permite uma intimidade e uma cumplicidade somente possíveis numa relação familiar.

“a criança na instituição é tratada como objeto (...). Não há lugar para as necessidades individuais, muito menos para as suas demandas. Existem poucas ocasiões para troca de afeto, o que dificulta o desenvolvimento de seu sentimento de integridade e de identidade(...). O mecanismo institucional, através do corpo de funcionários, é incansável na tentativa de aquietar a criança e enquadrá-la no ideal disciplinar”. (ALTOÉ, 1991)

Assim, vivendo dentro de um estabelecimento cuja abertura para o mundo é quase inexistente, limitando suas possibilidades de relações sociais, a criança fica aprisionada dentro de uma dinâmica institucional que a faz se sentir perdida, desprotegida, abandonada e também angustiada frente à possibilidade de enfrentar o mundo externo que lhe é desconhecido.

No Brasil a institucionalização se concretizou a partir da década de 20. O Código de Menores de 1927 determina ao Estado a questão do “menor” e a intervenção na relação pais-filho, com caráter protecionista, controlador e policialesco. “Agora não cabe apenas aos pais, mas ao Estado, o dever de proporcionar condições de vida digna às crianças” (WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996, p. 21).

O Código de Menores institucionalizou o dever do Estado em assistir os menores que, em face do estado de carências de suas famílias, tornavam-se dependentes da ajuda ou mesmo da proteção pública para terem condições de se desenvolver ou, no mínimo, subsistir no caso de viverem em situações de pauperização absoluta... A tônica predominante desta legislação menorista era corretiva, isto é, fazia-se necessário educar, disciplinar, física, moral e civicamente as crianças oriundas de famílias desajustadas ou da orfandade. (VERONESE, 1996, p. 31).

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), destinado a desvalidos e delinquentes, coordenado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores

vinculados ao Juiz de Menores, no governo de Getúlio Vargas. Com a SAM, o Governo Federal passou a intervir diretamente através de ações concretas direcionadas aos “menores internos”. O tratamento oferecido por esse serviço caracterizou-se pela violência contra os internos. Essa violência gerou tamanha percussão que o SAM foi extinto pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor e em 1964 foi substituído pela Fundação Nacional do Menor (FUNABEM), embasado na declaração dos Direitos da Criança da ONU de 1959.

A FUNABEM foi criada sob o novo discurso e dentre outras responsabilidades, principalmente com a intenção de corrigir as irregularidades concretizadas pela SAM. Sua proposta inicial foi de prevenção, ou seja, deveria atuar nos espaços familiares e comunitários de modo a evitar a formação de “marginais”. Por este motivo a estratégia anunciada era de

Romper com as práticas repressivas do fracasso dispositivo de controle erigido pelo SAM. Como problema e prioridade nacional, a ‘questão do menor’ requeria não só um trabalho específico, mas também uma concepção unificada de ação. Em consequência, o mandato da Fundação, nos termos de seu Estatuto, era o de ‘adotar meios tendentes a prevenir ou corrigir as causas do desajustamento (VOGEL, 1995, p. 305).

Porém, neste período passaram a prevalecer medidas repressivas que compuseram a Política de Segurança Nacional, mediante com a criação dos grandes internatos como as FEBENS, devido ao regime político ditatorial que se instaurara.

A partir dos anos 80, a sociedade civil começou a se mobilizar através de vários movimentos sociais, relacionados com a questão da infância e juventude. Em 1985 cria-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). A partir deste movimento as crianças e adolescentes marginalizados passaram a ser visto dentro do contexto de discriminação, exclusão e exploração a que foram submetidos. Portanto, cria-se uma tomada de consciência da própria criança sobre sua situação e a luta por seus direitos.

O Código de Menores, reformulado em 1979, vigorou até a promulgação da constituição de 1988, na qual surgiram as primeiras mudanças em relação às políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes. Nela passam a ser assegurado os direitos da criança e do adolescente em seu artigo 227...

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 96)

Com isso, desaparece a política que “considerava o menor em situação irregular sempre que estivesse fora dos padrões sociais estabelecidos. [...] não importava se fosse pobre, abandonado, infrator, carente” (VOLPI, 2001, p. 30). Surge então a doutrina de proteção integral, um novo direcionamento para a política de atendimento a criança e ao adolescente brasileiro.

Em 1990 é implantada uma política específica de atendimento a criança e ao adolescente: o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990. Ele traz mudanças substanciais à política de atendimento a infância e juventude, uma vez que passa a considerar criança e adolescente como sujeitos de direitos e seres em desenvolvimento com prioridade absoluta. O termo “menor” passa a ser considerado estigmatizante e discriminatório. É entendido que criança é toda pessoa até 12 anos e adolescentes pessoas entre 12 a 18 anos. As instituições também deveriam se transformar, deixando de ter um caráter punitivo e disciplinador e passando a ter um caráter de proteção ou de ação sócio-educativa, dependendo da situação que leva a internação.

... a nova lei rompeu de modo visceral com os métodos e processos de elaboração legislativa que vigoraram há séculos em nosso país. Segundo o autor, não é nenhum exagero dizer que, literalmente, trata-se de uma lei

pensada por milhões de cabeças e escrita por milhares de mãos. (COSTA, 1994, p. 09).

Na esfera institucional, sinalizam-se outros avanços, tais como, a reformulação na maneira de intervir das instituições que prestam serviços a este segmento da sociedade. O Estatuto institui os conselhos – Conselho Tutelar e Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Cabe a estes, respectivamente, executar medidas de controle sobre aquelas instituições e políticas destinadas à infância e juventude. Está assegurada a forma de atenção direta às crianças e adolescentes em articulação com as demais políticas sociais.

A nova interpretação dada ao universo infanto-juvenil veio acompanhada de várias modificações nos conceitos de família, educação, socialização, trabalho educativo, “menor” infrator e saúde, dentre outras. Da mesma forma, ocorreram modificações na percepção do que seriam os deveres e os direitos das crianças, dos seus responsáveis, do poder público e da sociedade em geral.

Com relação à função da família, o Estatuto reafirma o direito à convivência familiar e comunitária. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos. Porém, diante de várias crises que a família vem enfrentando ao longo do tempo, principalmente por causa do aumento da pobreza e pela exclusão social, muitas crianças e adolescentes são colocadas em situações de risco.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê uma série de medidas visando atender as diferentes demandas e problemáticas das crianças e adolescentes em situação de abandono, risco pessoal e social, destacando as medidas de proteção e as medidas sócio – educativas.

As medidas sócio-educativas são direcionadas aos adolescentes que cometem ato infracional. As medidas de proteção se aplicam à criança e adolescente que tem seus direitos

ameaçados ou violados, sejam por omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, seja pela sociedade ou até o poder público.

Art. 98 – As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
 I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
 II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
 III – em razão de sua conduta. (ESTATUTO, 1990).

As medidas de proteção são segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (Lei 8069/90):

Art. 101 – Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
 I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
 II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
 III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
 IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio a família, à criança e ao adolescente;
 V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
 VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
 VII – abrigo em entidade;
 VIII – colocação em família substituta.
 Parágrafo único – O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição, para posterior colocação das crianças e adolescentes em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Diante do estudo até agora apresentado, aprofundaremos a questão do abrigo, sendo uma das medidas de proteção garantida pelo Estatuto, como alternativa de atendimento as crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social. “... o abrigo foi pensado para acabar com os prisioneiros sociais, crianças privadas de liberdade por motivos sociais...” (COSTA, 1994, p. 17).

O Estatuto elimina os grandes orfanatos e determina um atendimento realizado de forma personalizada, em pequenas unidades e grupos, privilegiando as ações descentralizadas

e municipalizadas, que ofereça proteção dentro de um clima residencial, respeitando o direito a convivência familiar e comunitária. As crianças e adolescentes devem participar na vida da comunidade local e utilizar seus recursos, como escolas, área de lazer, postos de saúde, centros religiosos, comércio, entre outros.

Segundo o caderno da CBIA, “Trabalhando Abrigos” (1993), a transitoriedade e a continuidade são circunstâncias vividas no abrigo, pois haverá situações de permanência breve e continuada, que poderá durar meses ou anos. Embora tendo como prioridade o retorno da criança a família de origem, ou a colocação em família substituta, “o abrigo deverá oferecer condições para ficar o tempo que for necessário com as crianças e adolescentes que ainda não foram integradas a uma família”. O Estatuto da criança e do Adolescente estabelece princípios para o funcionamento dos Abrigos, como se segue:

- Art. 92 – A entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:
- I – preservação dos vínculos familiares;
 - II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
 - III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 - IV – desenvolvimento de atividade em regime de co-educação;
 - V – não desmembramento de grupos de irmãos;
 - VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 - VII – participação na vida da comunidade local;
 - VIII – preparação gradativa para o desligamento;
 - IX - Participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
- Parágrafo único – O dirigente da entidade do abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

Embora tenha havido vários avanços contemplados pelo Estatuto, os abrigos, ainda geram polêmicas, pelo fato de muitas crianças e principalmente, adolescentes (idade avançada para adoção), ainda permanecerem institucionalizados por longos anos.

A maioria dos casos de abrigamento são decorrentes de várias situações de conflitos e tensões familiares, derivadas das situações sociais e econômicas desfavoráveis à

manutenção do convívio familiar, tais como, famílias sem terra, sem casa, sem trabalho, sem alimentação, entre outros. Enfim, as famílias que enfrentam dificuldades diárias de ameaças não só a seus corpos, mas a seus vínculos e subjetividades. Este estado de privação de direitos ameaça a todos, na medida em que produz desumanização generalizada.

Geralmente, essas famílias não possuem um atendimento efetivo por parte das políticas públicas, as quais deveriam proporcionar meios de superação da crise familiar. Desta forma, as crianças e adolescentes são abrigados e os conflitos continuam a persistirem ou se agravarem.

A decisão de separar, por qualquer motivo, uma criança de sua família, é muito séria: desencadeia uma série de acontecimentos que afetarão, em maior ou menor grau, toda sua vida futura [...]. Muitas instituições, erradamente, abordam o problema com idéias preconcebidas sobre as condições que justificariam a remoção, ao invés de procurarem saber, com certeza, se é possível fazer alguma coisa para tornar o próprio lar adequado para a criança. (BOWLBY, 1995, p.77).

A busca efetiva pela garantia de direitos a crianças e adolescentes em regime de abrigo precisa ser constante, diante das profundas questões sociais e econômicas que norteiam as famílias: a centralização e morosidade do poder Judiciário; o descaso do Estado em atender a família como um todo; o desemprego; a falta de moradia; a violência doméstica; as drogas; a falta de capacitação e orçamento financeiro das Casas – Lares e entre outros. São dificuldades conhecidas profundamente pelos profissionais que trabalham com esta expressão da questão social, mas que devem ser superadas para se alcançar um atendimento de qualidade a esta parcela da população.

As Casas – Lares normalmente são divididas em faixa etária, preferencialmente quando as crianças e adolescentes abrigados são maiores de 6 anos, com intuito de garantir e respeitar o desenvolvimento, atendimento personalizado e de qualidade, a partir das necessidades básicas e sociais dos abrigados, como determina o Estatuto. Desta forma,

também existe a necessidade desta faixa etária, também serem divididos por sexo masculino e feminino. Portanto é comum encontrarmos Casas – Lares específicas por faixa etária e sexo. Em relação ao número de crianças e adolescentes a serem acolhidas, segundo o Projeto Casa – Lar (1993)...

... deve ser de acordo com o espaço físico, corpo funcional, suporte financeiro, entre outros. O ideal é ter no máximo 10 crianças ou adolescentes em cada casa, garantindo individualização, afetividade, acompanhamento da vida cotidiana de cada abrigado. Para atendimento na faixa etária de 0 a 6 anos recomenda-se abrigamento de crianças de ambos os sexos.

A Casas – Lares de Coqueiros, contexto institucional deste estudo, são divididas em duas (apesar de exercerem o mesmo tipo de programa e regimento interno): a Casa – Lar Nossa Senhora do Carmo que atende meninas de 6 a 18 anos e a Casa – Lar São João da Cruz que atende meninos com a mesma faixa etária. A partir desta divisão torna-se necessário uma discussão sobre a questão de gênero, para que se possa melhor compreender como o atendimento prestado e as demandas dos usuários assumem características próprias em cada uma das Casas – Lares.

1.4 Questões de Gênero nas Casas – Lares

Antes da abordagem de tal assunto, é necessário compreender a diferença entre feminismo e gênero: o feminismo é o movimento favorável à igualdade dos direitos civis e políticos, entre homens e mulheres; enquanto gênero define a identidade masculina e feminina, e analisa os papéis sociais estabelecidos para cada sexo biológico. Para melhor compreensão

sobre as questões de gênero que norteiam nossa sociedade atual, se torna necessário um breve resgate histórico com intuito de entender tais diferenças, desigualdades, preconceitos, relacionados à categoria mulher.

O termo feminismo surge no século XIX em pleno desenvolvimento do capitalismo, e da exploração da mão-de-obra masculina, feminina e infantil nas indústrias. Neste contexto surgem os primeiros movimentos do feminismo, com a reivindicação dos direitos das mulheres.

No Brasil, após 1850 é que surgem as primeiras organizações, que lutam pelo direito ao voto e educação. Até então, a mulher só tinha acesso ao ensino básico, a capacidade de ler e escrever. Era priorizado o ensino de prendas domésticas e música. Em 1871 foram aceitas nos cursos de magistério, que incluíam cursos de bordados e corte de roupas. Já em 1872, as mulheres compunham 45% da mão-de-obra trabalhadora.

Desde o século XIX, a situação das mulheres era desoladora, principalmente nas fábricas. Depois de horas de trabalho eram obrigadas a aprender corte e costura, sem salário adicional. As condições de trabalho supunham ainda sujeira, insalubridade, espancamento e até estropos. No final deste século e início do século XX, as mulheres representavam 78% da mão-de-obra nas indústrias.

No século XX, os homens começam a substituir as mulheres nas indústrias e os salários começam a se generalizar, iniciando-se o hábito de pagamento diferenciado entre os sexos, com os homens recebendo maiores salários. Neste processo de opressão a mulher trabalhadora se sente sobrecarregada pelo trabalho em casa, com os filhos, com a alimentação, com as roupas e as 14 ou 16 horas de trabalho nas indústrias. “Em geral, as mulheres vivem o dilema e a exigência de duplas, triplas jornadas de trabalho, além de sofrer discriminações

salariais, de idade, etc.” (CUT, 1998, p.12). Desta forma, começam a reivindicar melhores condições de trabalho, redução da jornada e fim da exploração sexual.

As mulheres brasileiras protagonizaram várias mobilizações entre 1900 e 1930. A partir de 30 as mulheres começam a ter acesso ao ensino médio e superior e conquistam o direito ao voto (Constituição de 1937).

Nos anos 50, na França, Simone de Beauvoir publica seu livro, “Segundo Sexo” e se torna um marco teórico que caracterizou o feminismo moderno.

Nos anos 60 verificamos a diferença das reivindicações na Europa e no Brasil. Com relação à Europa, os movimentos tinham um caráter cultural, já o Brasil limita-se as reivindicações ao Estado como agente promotor de necessidades básicas, como água, saneamento básico, entre outros. A nível internacional, os movimentos feministas, tanto americanos quanto europeus, denunciam a opressão específica sofrida pelas mulheres levando a ONU (Organização das Nações Unidas) a declarar em 8 de março de 1975 o dia Internacional da Mulher. Este dia é uma homenagem as 147 mulheres, trabalhadoras, norte-americanas, que foram queimadas dentro de uma fábrica, por estarem em greve reivindicando melhores condições de trabalho, salários e redução da jornada de trabalho.

Na década de 70, acontece à descoberta do anticoncepcional. A partir deste fato as mulheres passam a se sentirem com mais liberdade sexual. Já os anos 80, marcam firmemente a ocupação das mulheres em diferentes espaços públicos, seja na política, universidades, escolas, tanto como alunas ou como profissionais. Recentemente foi aprovada no Congresso Nacional uma lei da Deputada Marta Suplicy, que obriga os partidos políticos a terem 25% de mulheres em sua lista de candidatos a cargos eletivos.

A Constituição Federal de 1988 garante os direitos e deveres da mulher no Brasil. Traz profundas transformações sobre a legalidade, direitos sociais, humanos, políticos,

trabalhistas, etc. Inova ao trazer a isonomia que garante a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, seja na vida civil, no trabalho ou na família.

A década de 90 é muito rica em vários aspectos da implementação de novas propostas específicas como o auxílio a creche, licença maternidade e paternidade, salários iguais, entre outros.

O conceito de gênero surgiu após muitos anos de luta feminista e formulação de várias tentativas de explicações teóricas sobre a opressão das mulheres (trabalho, família, sexualidade, poder, identidade), num conjunto de relações sociais, tentando ilustrar como ocorre e quais os caminhos para superar essa opressão.

Inicialmente a antropologia e a psicanálise trabalham o conceito de gênero, situando a construção das relações na definição das identidades feminina e masculina, como base para a existência de papéis sociais distintos e hierárquicos, “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado como papel de gênero, estes papéis mudam de uma cultura para outra” (GROSSI, 1997, p. 07).

Gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual. [...] serve, portanto para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. (GROSSI, 1997, p. 06).

Este conceito nos ajuda a compreender como as relações de gênero estruturam as práticas sociais nas diversas formas, discutindo problemas de relação entre os sexos. Num outro aspecto o termo “gênero”, além de substituir o termo mulheres, é utilizado para sugerir também informação sobre os homens. Utiliza-se como uma forma de indicar “construções culturais” ao designar a esfera da cultura como a origem dos papéis adequados para homens e mulheres.

A idéia de que gênero é um produto das relações sociais e culturais, implica primeiro, na idéia de que as identidades de gênero, entendido aqui como “conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino”(GROSSI, 1997, p. 09), se constroem de forma relacional e segundo, pelo fato de que as relações homens e mulheres são dinâmicas, portanto se constituído o gênero como uma condição mutável e conjuntural. Mas, também coloca claramente o ser mulher e ser homem como construção social, a partir do que é estabelecido como masculino e feminino para diferenciar do sexo biológico.

Pode-se considerar que o conceito de gênero surge no interior da teoria feminista, com o claro objetivo de “desnaturalizar e dessubstancializar a noção de feminino e masculino nas análises que vinculam os papéis sexuais ao seu substrato biológico” (GROSSI e MIGUEL, 1990).

Em relação à sexualidade, no final do século XIX se pensava que o desejo sexual era uma característica masculina e que as mulheres copulavam apenas para as necessidades de reprodução da espécie e da família. O prazer feminino era percebido como perigoso e patológico e a passividade e frigidez eram considerados comportamentos femininos naturais. Atualmente, com as contribuições da psicanálise e dos movimentos de libertação das mulheres, o desejo e o orgasmo feminino não são mais vistos como pecaminosos.

No domínio da sexualidade, uma dimensão distinta e por vezes conflitiva se revela, pois socialmente se produz o ser masculino e o ser feminino em bases também diferenciadas e os valores que regem os modos sexuais das relações não estão descolados dos modos sociais de produção dos gêneros (LEAL, 1998, p. 392).

O homem e a mulher têm sua criação e educação diferenciada historicamente. A comportamentos que a sociedade impõe aos homens e as mulheres de formas diferenciadas são chamados de papéis sexuais.

Segundo a ONU, as mulheres brasileiras recebem em média 76% do valor do salário dos homens, contrariando a própria legislação. Além disso, a dupla jornada de trabalho, a falta de equipamentos sociais, de políticas públicas de atendimento a saúde e educação, a falta de qualificação profissional são fatores de sobrecarga para as mulheres, que cada vez mais estão sendo as únicas responsáveis pela manutenção da família. Atualmente 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

Como se não bastasse essa carga de preconceitos e discriminação, as mulheres ainda são as maiores vítimas de violências, principalmente as intrafamiliares. Entre as mais praticadas estão os estupros, assédio sexual, espancamento, assassinato e a morte por falta de atendimento médico e orientação, entre outros.

A luta do feminismo é contra todas as posturas machistas, sejam elas de homens ou de mulheres que imersos numa alienação perpetuam a opressão de um sexo sobre o outro. As diferenças biológicas e naturais não podem e não são justificativas para as desigualdades culturais e ideológicas entre os sexos. O feminismo luta pela construção de uma sociedade igualitária para homens e mulheres.

A discussão da questão de gênero interessa ao presente trabalho uma vez que os papéis sexuais podem ser reforçados desde a infância. No caso de crianças e adolescentes institucionalizados é importante prestar atenção no tipo de atendimento oferecido para que não se construam práticas discriminatórias entre os dois sexos.

CAPÍTULO II

O COTIDIANO INSTITUCIONAL E AS VIVÊNCIAS DE MENINOS E MENINAS EM ABRIGO

2.1 Casas – Lares São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo

A denominação “Casa – Lar” surgiu em Santa Catarina, através de projeto estadual desenvolvido durante a gestão do governador Antonio Carlos Konder Reis, com o objetivo de contemplar o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8069/90, no que diz respeito às medidas de proteção, especificamente as unidades de abrigo.

As Casas – Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz é um programa desenvolvido pelas Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros (OSCOPAC). A OSCOPAC é uma entidade não governamental (ONG) de cunho filantrópico, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública, coordenada e dirigida por pessoas voluntárias, sem remuneração e eleitas por Assembléia Geral. Sua finalidade é desenvolver atividades sociais para usuários da comunidade e em especial o amparo a gestantes, a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, a moradores de rua e idosos, buscando garantir a promoção social e a cidadania.

As Casas Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz foram criadas por duas moradoras da própria comunidade, Leila Pivatto e Rose Lee de Sá. Neste período, elas estavam encarregadas de dinamizar a Ação Social da Paróquia de Coqueiros, desenvolvendo um trabalho de atendimento as crianças e adolescentes da Via Expressa. Diante da realidade

exposta, as duas voluntárias, juntamente com o padre da Paróquia, sentiram a necessidade de implantar a primeira Casa Lar na região de Coqueiros. Assim, em 1994, foi inaugurada a Casa Lar Nossa Senhora do Carmo, especializada no atendimento do sexo feminino, e faixa etária de 7 a 12 anos, com a capacidade para 10 meninas. A Casa Lar São João da Cruz iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1995, atendendo o sexo masculino, com a mesma faixa etária e capacidade.

As Casas – Lares / Coqueiros trabalham em articulação com a política social da criança e do adolescente (Estatuto – Lei Federal nº 8069/90), prestando atendimento em período integral a 13 meninos e 14 meninas na faixa etária de 6 a 18 anos. Estes usuários ao se inserir no abrigo apresentam diversas demandas como: rendimento escolar baixo, dificuldades de aprendizagem, problemas psicológicos e de saúde, falta de documentação e morosidade do poder judiciário, carência afetiva, ausência e distanciamento familiar. Todos são encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude e o âmbito de atuação é o Município de Florianópolis.

Este programa funciona em relação com as políticas setoriais existentes no âmbito da política social da criança e adolescente através de convênios, parcerias, programas, voluntários, que auxiliam de forma geral o atendimento e funcionamento das Casas – Lares / Coqueiros.

As Casas – Lares / Coqueiros mantêm convênios com a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS) de Florianópolis, assegurando a manutenção e a alimentação das Casas. Vincula-se há vários programas municipais de atendimento, tais como: Acorde (realiza atendimento a crianças e adolescentes que sofreram violências físicas e sexuais); Apoio sócio-familiar (atendimento psicológico para os abrigados e para suas famílias, fornecimento de cestas básicas, tratamento para alcoolista); Conselho Tutelar; S. O. S. Criança (atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência

psicológica, violência física, violência sexual e negligência); Abordagem de Rua (atendimento a população de rua); Casa de Passagem (acolhimento por 48 horas) e outros Abrigos. Tais programas fazem parte da rede de atendimento a criança e ao adolescente do município de Florianópolis.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), exigem para o funcionamento dos abrigos, registros da entidade (OSCO PAC) que mantém as Casas – Lares / Coqueiros e do próprio programa há cada 2 anos. Além disso, realiza visitas na instituição, fortalece as reivindicações do abrigo, junto aos órgãos municipais em assuntos de cunho financeiros e organizacionais, sendo que algumas vezes emite resoluções para assegurar seu cumprimento.

Os programas de caráter municipal não conseguem atender as diversas necessidades básicas e sociais dos abrigados, e quando o fazem é com atraso, portanto as Casas – Lares contam com muitos voluntários, que realizam várias funções e serviços: a entidade FEESPORTE e a UDESC auxiliam no esporte e lazer; a ONG Porta Aberta realiza atendimento psicológico; a Clínica Polimed disponibiliza consultas e exames; a entidade ASA (Ação Social Arquidiocesana) e a Sociedade Divina Providência, viabilizam contatos e parcerias na formulação de projetos para capacitação e resgate de recursos financeiros nacionais e internacionais. O Serviço Social ainda desenvolve um programa com os egressos da Casa – Lar encaminhando-os ao mercado de trabalho, fornecendo cestas básicas, medicamentos, roupas, etc...

A direção da OSCOPAC é o gestor das Casas – Lares, no sentido de garantir o alcance dos objetivos definidos no seu Estatuto. Em relação ao seu funcionamento as Casas – Lares têm o seu próprio Regimento Interno (Anexo A). Neste documento estão previstos os objetivos e a finalidade do programa, além de definir o corpo funcional, estabelecer os direitos

e os deveres das crianças e adolescentes abrigados, os direitos e deveres dos pais, propor uma proposta pedagógica e definir a organização de registros, escrituração e arquivos.

Segundo o Regimento interno, a direção das casas – Lares é exercida por um coordenador geral, escolhido pela diretoria da instituição, em caráter voluntário. Os serviços técnicos e gerais são prestados por pessoal contratado, sendo a equipe constituída por: uma Assistente Social, duas monitoras de nível I, quatro monitoras de nível II e duas monitoras de nível III³. Além deste quadro funcional fixo, o programa conta com uma estagiária de Serviço Social e vários voluntários, da própria comunidade que desempenham tarefas como reforço escolar entre outras, ou fazem parte do Projeto de Apadrinhamento Afetivo.

As monitoras são as funcionárias que passam a maior parte do tempo com as crianças e adolescentes. Elas os assistem em suas atividades diárias (alimentação, vestuário, medicação, tarefas escolares, higiene, tarefas domésticas, etc...), e desempenham o papel de “educadoras”, tentando aproximar a vivência na Casa Lar o máximo possível do contexto familiar, prestando atenção às diversas necessidades, procurando auxiliar em dificuldades, estimular atividades lúdicas e socializadoras, bem como, fornecendo carinhos / afagos individualizados, etc...

“Os educadores por sua vez, são as pessoas que acompanham o dia a dia das crianças ou jovens abrigados. Eles se responsabilizam por cuidar das crianças, alimentá-las, orientá-las, dar apoio escolar, desenvolver atividades de lazer, acompanhá-las em programas externos quando necessário.” (CARVALHO, 1993, p. 38)

Enfim, as monitoras do Abrigo, juntamente com a equipe técnica, são importantes

³ De acordo com o regimento interno a monitora de nível I trabalha de segunda a sexta-feira das 7:00 as 19:00 horas. A monitora de nível II tem o regime de trabalho de 12 horas e é responsável pelo atendimento noturno dos abrigados (jornada de trabalho ininterrupta). E a monitora de nível III trabalha 20 horas semanais a serem cumpridas aos sábados e domingos, realizando o atendimento, portanto nos finais de semana.

para a estada e desenvolvimento dos abrigados, proporcionando um ambiente salutar tanto do ponto de vista físico quanto emocional. As crianças e adolescentes permanecem em período integral nas Casas Lares, vivenciando e satisfazendo várias de suas atividades e necessidades básicas e sociais, até que possam ser encaminhados para sua família de origem ou quando esgotados os recursos, para família substituta.

De acordo com o plano de ação do Serviço Social das Casas – Lares de Coqueiros, o principal objetivo da intervenção profissional é atender as demandas objetivas e subjetivas das crianças e adolescentes abrigados e de suas famílias. O Serviço Social procura garantir a aplicação dos princípios constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, mobilizando recursos e assegurando direitos, para que as crianças e adolescentes abrigados tenham sua cidadania garantida; assegura a integração de valores sociais e culturais, numa realidade mais próxima possível do contexto familiar. Além disso, visa suprir necessidades básicas como, saúde, alimentação, vestuário, higiene, documentação, educação, entre outros; incentiva e/ou resgata o vínculo afetivo com os familiares; encaminha para adoção quando esgotada a possibilidade de volta para a família biológica; realiza atendimento individual e grupal; e, finalmente realiza parcerias e intercâmbio, através de projetos, com órgãos e entidades que atendam essa demanda.

O Serviço Social procura realizar um atendimento baseado na horizontalidade entre os usuários e o corpo funcional da instituição, para que todos possam se tornar agentes participativos do processo, através de reuniões, atendimentos individuais e grupais.

Segundo dados levantados durante o estágio os usuários das Casas – Lares de Coqueiros apresentam as seguintes características gerais:

- A maioria, das crianças e adolescentes abrigados são pobres e vivem em condições de miserabilidade na periferia da cidade de Florianópolis;

- Geralmente as famílias são monoparentais, ou seja, chefiadas apenas pela mãe (na maioria dos casos) ou pelo pai;
- A maioria dos abrigados possui baixa escolaridade, devido a repetência e/ou abandono dos estudos;
- Muitas famílias destas crianças possuem problemas com alcoolismo e outros tipos de drogas;
- Poucos dos abrigados são órfãos;
- Todas as crianças e adolescentes possuem medida de abrigo decretada judicialmente e estão matriculados na escola;
- Os motivos mais comuns de abrigamento são decorrentes da violência intrafamiliar.

Diante desta realidade, surgiu o interesse de estudar mais aprofundadamente, as Casas Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, que exercem o mesmo tipo de programa (Abrigo), mas que atendem respectivamente, sexo feminino e masculino separadamente. Pretendemos com este estudo analisar o atendimento prestado nas duas casas e a forma como essa experiência é vivenciada, por ambos os sexos, visando obter subsídios para desenvolvimento de futuras ações.

Para alcançar tal objetivo se torna imprescindível identificar o funcionamento cotidiano e a forma de atendimento aos meninos e meninas das duas instituições; identificar as demandas dos meninos e meninas abrigados; identificar as vivências dos meninos e meninas em relação à separação familiar e ao abrigamento. A partir do ponto de vista das monitoras.

Para tanto, elaboramos as seguintes questões de pesquisa:

- Como é feita a distribuição de tarefas domésticas e outras atividades cotidianas aos meninos e meninas abrigados?
- Como acontece às atividades de lazer, as atividades pedagógicas, o atendimento terapêutico e as outras atividades e serviços oferecidos pela casa?
- Como o abrigo é vivenciado pelos meninos e meninas?
- Existe diferença de gênero na forma como funcionam cotidianamente as casas?
- Como a separação familiar é vivenciada?

Portanto, ao analisar tais aspectos, esperamos contribuir para as futuras intervenções profissionais, na busca da transformação da realidade social, na qualidade dos serviços e atendimentos prestados. A partir das questões que se evidenciarem nesta pesquisa, o profissional do Serviço Social, poderá desconstruir práticas estigmatizadoras e conservadoras.

2.2 Metodologia de Pesquisa

Para atingir os objetivos delineados optou-se por uma pesquisa do tipo qualitativa, pois é por meio dela que apreendemos a complexidade e profundidade requerida pelo tema, uma vez que o objetivo é compreender por meio de análise de fatos, o significado das representações, aspirações e atitudes dos pesquisados, ideologias, visões da realidade institucional, priorizando a qualidade das informações. De acordo com Minayo (1996), a

pesquisa qualitativa “...corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.”

A coleta de dados qualitativos se deu através de entrevista semi-estruturada com as monitoras de nível I de cada Casa – Lar. A escolha desses sujeitos deveu-se a qualidade de informações que poderão prestar. As monitoras de nível I permanecem de segunda a sexta-feira, das 07:00 as 19:00 horas, na casa e assumem todas as funções necessárias ao funcionamento cotidiano do Abrigo, administrando e executando serviços ao mesmo tempo em que acompanham os usuários em suas demandas objetivas e subjetivas.

A entrevista semi-estruturada foi escolhida porque permite a construção de um roteiro que norteia o assunto, com a possibilidade do entrevistado levantar outras questões, sem ficar tolhido por uma estrutura rígida. Conforme RIZZINI; CASTRO; SARTOR (1999, p. 63). “Apenas algumas questões e tópicos são pré-determinados. Muitas questões podem ser formuladas durante a entrevista e as irrelevantes são abandonadas”.

O instrumento de pesquisa foi previamente elaborado e encontra-se em anexo a este trabalho (Anexo B). Incluiu em sua organização, diversas categorias que foram utilizadas posteriormente na análise dos dados obtidos.

As entrevistas não foram gravadas em virtude do tempo que a transcrição de fitas demandaria. Em vez disso optamos por anotações realizadas durante a entrevista.

2.3 A coleta de dados e seus percalços

As entrevistas foram realizadas no mês de janeiro e fevereiro de 2004, nas Casas – Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz. Conforme anteriormente mencionado, a escolha dos entrevistados recaiu sobre as duas monitoras de Nível I em face do contato privilegiado com os moradores das duas Casas.

No dia 19/01/04 foi realizado o primeiro contato pessoal com a monitora da Casa Lar Nossa Senhora do Carmo, através de uma visita para agendamento da entrevista. Obtivemos rápido consentimento da monitora que sugeriu que a entrevista fosse realizada no dia seguinte, em virtude do período de férias e de muitas meninas estarem passeando em casa de familiares ou voluntários proporcionando-lhe mais tempo. Considerou que o período da tarde seria o mais adequado porque de manhã estaria a maior do tempo envolvida com a preparação do almoço. Também neste dia a tarde haveria o grupo de pré-adolescentes, entre meninos e meninas, realizado pela estagiária do Serviço Social, que deveria entreter a maioria dos que se encontravam na casa. Desta forma, ela poderia estar mais disponível para responder as questões, pois naquele momento não precisaria estar administrando diretamente nenhuma função da casa. Diante do exposto, a entrevista ficou marcada para o dia 20/01/04 as 14:30 horas.

Ao chegar na Casa Lar no dia 20/01/04 as 14:00 horas, a monitora já havia se organizado, antecipadamente suas tarefas e estava preparada para a entrevista. A entrevista iniciou-se as 14:30 horas e terminou somente às 19:00 horas, tendo em vista a riqueza de informações e entusiasmo por parte da entrevistada.

O primeiro contato para agendarmos a entrevista com a monitora da Casa Lar São João da Cruz foi por telefone no dia 20/01/04. Esta não se mostrou interessada em participar, alegando que as estagiárias somente a procuravam quando estavam fazendo o Trabalho de

Conclusão de Curso (TCC) e quando estavam no período de estágio, poucas intervinham na casa. Devido a este fato, a monitora se negou a participar da entrevista.

Foram realizadas outras tentativas de demovê-la de sua resistência, enfatizando a importância de seu depoimento para o presente estudo, porém foram vãs. A monitora manteve-se irredutível alegando maior atenção dispensada pelas estagiárias e assistente social à casa das meninas. O sentimento da monitora pode em parte ser explicado pelo fato da sala da equipe técnica ser localizada na casa das meninas. De qualquer maneira, a razão alegada pela monitora deverá ser objeto de discussão nas reuniões da equipe para que se obtenha melhor compreensão da situação.

Com a interferência da Assistente Social e da coordenadora das Casas Lares (também Assistente Social), por fim obtivemos o consentimento da monitora.

A entrevista foi realizada no dia 05/02/02 as 10:00 horas. A equipe técnica definiu este dia e período porque não é preparado o almoço na casa, função esta da monitora, pois neste dia a comida é fornecida por um restaurante. Portanto no período da manhã a monitora estaria mais disponível para as respostas. A entrevista iniciou as 10:00 e terminou às 11:30 horas tendo a entrevistada respondido as questões com bastante objetividade.

Após a coleta de dados qualitativos procedeu-se a análise dos mesmos. As dificuldades encontradas para a realização da entrevista com a monitora da Casa Lar São João da Cruz acabaram atrasando e prejudicando a análise da pesquisa, que será apresentado no próximo item.

2.4 O atendimento aos meninos e meninas abrigados e a vivência desta medida de proteção

Neste item serão descritos e analisados os dados obtidos nas entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Optamos por trabalhar concomitantemente com as respostas das duas entrevistadas permitindo que se trace um paralelo entre as informações de uma e de outra. Dessa forma, a monitora da Casa Lar Nossa Senhora do Carmo será representada por EN1 e a da monitora da Casa Lar São João da Cruz por EN2. A entrevistada EN1 trabalha na casa das meninas há três anos e EN2 trabalha na casa dos meninos há sete anos.

As entrevistas serão descritas e analisadas obedecendo à categorias previamente escolhidas na construção do instrumento de pesquisa: o funcionamento cotidiano, as atividades pedagógicas, o lazer, a socialização, a convivência familiar e comunitária, o atendimento terapêutico e as demandas.

A. Funcionamento cotidiano

A primeira categoria a ser analisada diz respeito ao funcionamento cotidiano, com o intuito de verificar se existe diferença no funcionamento entre as duas Casas Lares em relação a hábitos de sono, hora de acordar e dormir, horários e preferências de alimentação e tarefas domésticas. Além disso, verificar no que as duas casas se assemelham e diferenciam em relação à infra-estrutura.

EN1 relata que os horários de acordar e dormir se diferenciam no período de aula e no de férias. Quando as meninas estão no período letivo existe um horário fixo de segunda a

sexta-feira. Quem estuda de manhã é acordada às 6:30 horas, e quem estuda à tarde é acordada às 8:30 horas. O horário de dormir não ultrapassa as 21:30 horas. No final de semana o horário de acordar é livre. A monitora começa a chamar a partir das 8:30 e 9:00 horas. O horário de dormir nas sextas-feiras e nos sábados é 23:00 horas. No período de férias escolares, predominam os horários de final de semana: “nas férias, como não têm compromissos podem dormir até mais tarde, e normalmente vão dormir as 22:30 horas”. (EN1)

Em relação à programação de TV, a monitora informa que meninas não assistem alguns tipos de programas na televisão, por exemplo, o BIG BROTHER e a novela CELEBRIDADE, pois “incentiva a confusão, a inveja e a maldade, afinal elas estão em desenvolvimento e esses são programas que passam conceitos errados e podem até prejudicar a educação”. (EN1)

EN2 discorre sobre os horários de acordar dos meninos no período letivo: “todos são acordados as 6:00 horas, nas férias são acordados as 8:00 horas, pois incentivo que as refeições sejam feitas com todos presentes”. Sob o horário de dormir, “não tem horário, se tiver um filme e dependendo do filme, eles ficam até as 24:00 horas”. (EN2)

Podemos verificar nestas respostas que existe diferença de horários entre a casa dos meninos e das meninas. Existe uma maior flexibilidade de horários na casa das meninas. Isto acontece devido à compreensão das monitoras das casas das meninas em relação à individualidade de cada uma, por exemplo, as meninas que estudam a tarde não precisam acordar no mesmo horário das meninas que estudam de manhã. Na casa dos meninos os que estudam a tarde são acordados no mesmo horário. Na casa dos meninos, o horário é mais institucionalizante, com as refeições sendo feitas coletivamente, permitindo conseqüentemente

maior disciplina. Na casa das meninas a mesa fica posta, e conforme vão acordando, vão tomando o desjejum assemelhando-se a uma rotina familiar.

Em relação à programação de TV, há um certo controle sobre os filmes vistos pelos meninos e programas vistos pelas meninas por parte das monitoras, as quais exercem papel de educadoras. Uma diferenciação de gênero parece se estabelecer aqui com as meninas preferindo a novela e os “reality shows”, enquanto os meninos preferem filmes.

Em relação aos hábitos de sono EN1 observa que normalmente “é uma acordar e as outras vão acordando aos poucos, porque já começa o barulho na casa. Elas acordam e já arrumam a cama”. As meninas de pouca idade precisam de cuidados especiais para dormir “uma precisa ser colocada para dormir, a outra precisa de atenção”. (EN1) A monitora do período noturno, por vezes, dorme no quarto das meninas com idade entre 7 a 12 anos, “mas na maioria das vezes dorme na sala, para cuidar do movimento da casa, obedecendo o mesmo horário das meninas”. (EN1)

A monitora da noite fica com a função de chamar quatro meninas, que possuem enurese, para ir ao banheiro. Destas, uma precisa ser chamada todos os dias. A alta frequência de enurese (quase 30%) é reveladora dos dramas emocionais porque passaram as meninas abrigadas.

Segundo EN1 todas dormem com algum bichinho ou boneca e todas têm seu próprio bicho de pelúcia em cima da cama”. A monitora associa este hábito de dormir com a carência afetiva das meninas. Uma delas é muito agitada em relação ao hábito de sono: “tem problema para dormir”. (EN1)

Em relação à medicação “ninguém é acordada para tomar medicamento”.(EN1)

EN2 relata os hábitos de sono dos meninos dizendo “é normal, enquanto é dia eles estão na rua, isso é porque eu empurro, se não eles ficariam assistindo TV. Cada um arruma a

sua cama. Todos eles gostam de dormir com sono leve, mas no verão dormem sem nada”. Em relação à necessidade de acordá-los para usarem o banheiro, não é necessário porque “ninguém faz xixi na cama, a água é controlada a partir das 19:00 horas”. Sob a preparação para dormir informa que: “as 20:00 horas eles vão para o banho, porque enquanto é dia eles estão na rua brincando”. Na casa não tem horário fixo para dormir “eles podem dormir um sono à tarde, independente se estão de férias ou não, desde que não tenham nenhum tipo de compromisso”(EN2).

Podemos verificar que as meninas precisam de mais atenção. Desta forma parece que elas demonstram mais as conseqüências emocionais que sofreram ou sofrem do que os meninos. Segundo uma psicóloga voluntária que ministrou curso de capacitação no Abrigo: “alguns rituais para deitar significam muitas vezes insegurança por parte da criança, por exemplo, luz acesa, bichos de pelúcia, cobertor, entre outros. Estes rituais servem para controlar a angústia, e são normais com crianças muito pequenas.” Outro problema que acontece com mais freqüência na casa das meninas é a enurese noturna, a psicóloga explica “é natural, faz parte do desenvolvimento da criança de três a quatro anos. Não se deve acordar para ir ao banheiro porque interrompe o sono”. Ela ainda levanta alguns aspectos que podem influenciar este comportamento nas meninas “aprendizagem de controle de esfíncteres muito rígida, controlar o líquido e não praticar esporte à noite, conflitos afetuosos, sociais e econômicos, entre outros”.

Em relação aos horários de alimentação EN1 informa que os horários são diferenciados nos dias de semana e no final de semana e no período letivo e de férias. “Quando estão estudando o horário das refeições fixas é assim: o café da manhã inicia às 6:45 horas e vai até as 7:30 horas, o almoço é servido entre 11:45 até 12:00 horas, e o café da tarde das 17:30 até 18:00 horas”. Nos intervalos ficam disponíveis normalmente para as meninas

bolacha, frutas, achocolatados, entre outros. Nos finais de semana, “o café da manhã é servido entre as 8:30 e 9:00 horas, o almoço entre 12:00 e 12:30 horas, o café da tarde das 18:30 as 19:00 horas e como as meninas vão dormir mais tarde é servido um lanche normalmente às 21:00 horas”. No período de férias das meninas o “café da manhã é servido entre 8:30 e 9:00 horas, o almoço entre 12:00 e 12:45 horas, um lanche entre 15:00 e 15:30 horas, e o café da tarde às 18:00 horas”, e depois deste horário elas costumam “comer uma fruta, bolacha, sobremesa, entre outros”.

Segundo EN2 no período de aula, o café da manhã é servido as 6:45 horas, “as 10:00 é servido normalmente um lanche, fruta, suco, entre outros”, o almoço às 12:00 horas, “a tarde ficam a vontade para comer uma fruta, vitamina, achocolatado, bolacha”, o café da tarde é as 19:00 horas, porém “nas terças-feiras é servido sopa, cedido por um restaurante da comunidade”, as 21:00 horas normalmente é servido um lanche (fruta, bolacha). Nas férias, “o café da manhã é servido as 8:30 horas, e o almoço as 12:00 horas e o café da tarde às 20:00 horas”.

Os horários das alimentações pouco divergem entre a casa das meninas e dos meninos, pois ambos são flexíveis. Na casa das meninas pode-se verificar uma flexibilidade maior, enquanto na dos meninos a exigência da refeição coletiva engessa um pouco o horário e o aproxima mais de um tratamento institucional.

EN1 comenta sob os hábitos alimentares e algumas preferências das meninas justificando porque não é servido jantar: “as meninas preferem café com pão à noite à comida salgada, elas adoram um cachorro-quente. Nas férias elas brincam mais, dormem mais tarde e sentem mais fome”. As meninas preferem o simples, como o arroz com o feijão, a carne, o frango, “se fizer alguma coisa diferente é difícil delas aceitarem”. Normalmente elas não gostam de verduras, mas é feito um trabalho principalmente com as mais novas na casa, para

se acostumarem com as refeições: “coisas diferentes que ainda não tenham experimentado dizem que não gostam. Elas não são obrigadas a comer nada, porém incentivo principalmente às verduras, porque elas estão em desenvolvimento”. Em relação a se servirem afirma: “Elas mesmas se servem, preparam seus pratos, as maiores ajudam a servir as pequenas ou às vezes eu mesma sirvo”. (EN1)

EN1 informa que a dispensa é mantida fechada por motivo de controle e organização, “não se pode deixar a vontade, pois devido à dificuldade financeira da casa tudo precisa ser controlado. Não se pode desperdiçar comida, mas as meninas têm acesso à dispensa, às vezes estou preparando alguma coisa peço que peguem algo pra mim”. Em relação à quantidade de comida as meninas “botam pouco no prato, mas repetem, no geral elas comem bem”. Sobre o cardápio a monitora relata que “não temos cardápio fixo porque depende das condições econômicas da casa, tendo as coisas com ajuda e idéias das meninas. É desta forma que são preparadas à alimentação.” A monitora ainda coloca “quando uma menina chega na Casa Lar, normalmente costuma comer de madrugada. É respeitada a vontade do abrigado, se comer forçado pode até causar algum problema”. Elas normalmente pedem batata-frita, salsicha, galinha assada, mamão, maionese, sobremesa (gelatina, pudim), suco, chocolate, banana e maçã.

EN2 relata que os meninos não gostam de jantar preferem café com pão. Na casa não tem cardápio fixo “partem muitas vezes deles o pedido, porque não tem as coisas todos os dias”. Sobre a preferência por algum tipo de comida em especial “eles gostam de qualquer tipo de comida e agradecem tudo que comem”.

Em relação ao modo como são servidas as refeições “eles preferem que eu sirva as refeições, porque eu coloco a quantidade certa, já sei quem come mais e quem come menos”. Diante da chegada de um menino novo na casa “normalmente não gostam de saladas, isto

precisa ser trabalhado e tem que ter paciência. Costumo misturar no feijão e no arroz a verdura, aí eles gostam, mas também às vezes preciso negociar, come que depois te dou uma bala”. Normalmente eles costumam pedir panqueca, lasanha, frango frito e macarrão com salsicha.

Percebemos que há maior variedade de comida na casa dos meninos, pois EN2 é muito criativa no preparo das refeições. Na casa das meninas normalmente é preparado o trivial. Os pratos praticamente são servidos prontos para os meninos. Na casa das meninas é incentivado que cada menina prepare o seu prato e auxilie as demais no que for necessário. Para as monitoras é mais fácil colocar a mesa com os pratos prontos. Porém, é necessário que os meninos criem e pratiquem a autonomia perante as várias questões que poderão aparecer em suas vidas. Portanto, incentivá-los a terem iniciativas, torna-se um papel essencial para o seu desenvolvimento.

Segundo uma nutricionista voluntária que colaborou no Abrigo “é importante a autonomia para as crianças gostarem ou não de certo alimento. Se não gosta é preciso experimentar aos poucos até se acostumar ao sabor. Não se deve forçar ou castigar, pois poderá criar uma verdadeira aversão ao alimento”. Sobre a importância da alimentação a nutricionista informa “os pré-adolescentes comem mais, porque estão em grande fase de desenvolvimento. Os meninos precisam de mais calorias. Em relação ao jantar, no mínimo duas vezes por semana deveria ser servida comida salgada, pois as meninas e meninos precisam de uma alimentação de qualidade e equilibrada”.

Em relação às tarefas domésticas, EN1 explica que quando as meninas estão no período de férias como neste momento, “todas ajudam nas tarefas, até mesmo as meninas pequenas, enxugando a louça e catando as folhas no quintal, pois incentivo sempre, orientando e ensinando”. Na casa não tem um dia específico para faxina, “as tarefas são feitas aos poucos,

dependendo das necessidades, uma semana se faz à limpeza dos vidros, dos guarda-roupas e assim por diante”. A lavagem das roupas é sempre feita por uma adolescente, tornando-se sua tarefa do dia. Todas as meninas ao se levantarem deixam suas camas arrumadas. A casa é arrumada e a roupa lavada no período da manhã. No período letivo é elaborada juntamente com as meninas uma escala de tarefas que deve ser respeitada, somente existindo exceções para os estudos, “se a menina precisar estudar, então não precisa fazer as tarefas domésticas”. No geral, as meninas são cooperativas entre elas.

Na casa dos meninos, em relação às tarefas domésticas, segundo EN2 todos participam, cada um tem a sua própria tarefa fixa. Existe uma tabela de louça, um dia um lava e o outro seca, “todos já sabem suas tarefas, ajudam sem reclamar. Porém, os meninos recém chegados precisam ser adaptados a rotina da casa. As tarefas precisam ser divididas antecipadamente para não ocasionar brigas”. Na preparação do almoço, eles ajudam descascando frutas e verduras, “agora passou para o fogão tenho medo, então faço sozinha. Eles não ajudam, mas ficam prestando atenção. Até pedem para ensiná-los a fazer comida. Muitas vezes quem faz o café da manhã é um adolescente”.

Podemos observar que na casa das meninas as tarefas domésticas são realizadas naturalmente. A escala de tarefas é construída com a participação de todas as meninas, tendo a preocupação de não atrapalhar os estudos. Na casa dos meninos, eles realizam as tarefas, não de forma natural, mas como regra da casa. As meninas participam de todas as tarefas, os meninos pouco participam na preparação das refeições e na lavagem das roupas. Carvalho (1993) referindo-se ao funcionamento dos abrigos assim se posiciona:

As atividades ligadas à limpeza, higiene e arrumação do espaço e dos objetos pessoais serão desenvolvidas pelas crianças de acordo com seu nível de amadurecimento em relação à tarefa. Da mesma forma as obrigações da vida coletiva poderão de modo algum prejudicar os horários destinados aos estudos e ao lazer de cada um. (CARVALHO, 1993).

De forma geral existem poucas diferenças na forma que são realizadas as tarefas domésticas nas duas casas. Porém, ainda se observa o recorte de gênero nas duas casas, na forma dicotomizada entre o masculino e o feminino. Conforme FERNANDES e OLIVEIRA (1998), “é conferido a mulher um lugar subalterno na estrutura hierárquica de gênero, definida historicamente e socialmente. Para a mulher é como se fosse uma preparação ou adestramento para o desempenho futuro de seu papel de mãe e doméstica”. Este fato reforça e reproduz valores e condutas que estruturam a desigualdade entre homens e mulheres.

Em relação à infra-estrutura da casa, EN1 relata sob os espaços coletivos, “dois banheiros, uma cozinha, uma sala, duas dispensas (alimentos e roupas), um escritório, uma sala de estudos e reuniões”. Em relação aos espaços individuais “são três quartos”. Os quartos são divididos por faixa etária: das adolescentes (seis meninas), das pré-adolescentes (quatro meninas) e das pequenas (quatro meninas). Sob o tamanho da casa “deveria ter mais quartos, muitas meninas no mesmo quarto, principalmente o das adolescentes, o espaço individual fica prejudicado”.

Na casa dos meninos, segundo EN2, os espaços coletivos são “um banheiro, um depósito, uma cozinha, uma sala de televisão e uma sala de estudos”. Os espaços individuais se resumem a três quartos”. Num quarto dorme um menino e uma monitora, nos outros dois quartos dormem seis em cada quarto, com a faixa etária misturada, pois tem alguns meninos que não podem dormir juntos, porque apresentam problemas de sexualidade: “os pequenos gostam de sacanagem, estão dormindo com os grandes e até são proibidos de brincar no quarto à noite, período este mais comum de ocorrer tais fatos”.

Em relação ao tamanho da casa “está bom, só o quarto dos adolescentes que deveria ser trocado pela sala de estudo, pois onde se encontra localizado tira a privacidade dos meninos, mas tenho que esperar uma autorização da equipe técnica do abrigo”.

Podemos verificar que os espaços individuais nas duas Casas Lares se definem somente nos quartos. Portanto, a individualidade numa instituição normalmente é prejudicada.

É possível que se percam a flexibilidade e a tolerância em relação às diferenças individuais de personalidade e que as crianças tenham pouca chance de participar na criação de suas próprias condições de vida. O amortecimento da iniciativa e a eliminação da responsabilidade é uma influencia muito negativa da vida em instituição. (BOWLBY, 1995, p. 146).

Na casa das meninas, as monitoras incentivam um clima de democracia e participação, na casa dos meninos percebe-se um velado autoritarismo predominante, por parte da monitoria.

A questão da sexualidade entre os meninos tem se mostrado como um dos maiores problemas na casa e que tem preocupado com muita relevância a equipe técnica e a monitoria. Efetivamente a separação de alguns meninos dos quartos auxilia a monitoria a controlar, porém não resolve tais casos. Segundo dados do projeto MEL da Prefeitura de Florianópolis “30% das vítimas de violência sexual se tornam agressores. Se a vítima for mulher normalmente se torna uma mãe não-protetiva. 70% das vítimas têm problemas de sono”. Portanto, o sexo masculino apresenta uma grande chance de revitimação, ou seja, conforme FALEIROS (1997), “repetição da violência, as pessoas vitimizadas, quando crianças, tendem também a repetir a violência com outras pessoas”. Por outro lado, a criança e o adolescente também passam por uma fase natural de exploração do corpo e de muita curiosidade em relação a sua própria sexualidade.

B. Atividades pedagógicas

A próxima categoria a ser analisada se refere às atividades pedagógicas. Pretende-se entender como elas são desenvolvidas no âmbito da casa e fora dela, a quem se destinam e se existe diferença na forma como meninos e meninas desenvolvem tais atividades.

Na casa das meninas, EN1 explica que sete meninas recebem aulas de reforço escolar de uma voluntária e acrescenta: “eu também ajudo nos deveres”. Informa que uma voluntária dá aula de pintura e trabalhos manuais (fuxico) a sete meninas. Fora da casa três meninas fazem aulas de computação (as que estão com mais idade e procurando emprego), e uma menina faz reforço com a psicopedagoga. “No geral elas participam e gostam das atividades pedagógicas”.

Na casa dos meninos, EN2 relata que todas as atividades são realizadas na própria casa. Um voluntário dá o reforço escolar e também auxilia nos deveres. As atividades são destinadas a todos, porque segundo EN2

todos necessitam de reforço escolar, mas não gostam. Sou obrigada a forçar, daí é um stress. Eles mentem dizendo que não tem deveres, para não precisar estudar, ninguém gosta. Inteligentes são, mas não tem interesse porque eles acham que os estudos não são importantes. Muitas vezes é negociado, se eles não estudarem, não tem bola e não assistem televisão.

Na casa das meninas observamos variação nos tipos de atividades pedagógicas, já na casa dos meninos as atividades proporcionadas são o reforço escolar e um menino frequenta uma psicopedagoga. Podemos concluir também através das entrevistas, segundo a visão das monitoras, que as meninas gostam de estudar mais do que os meninos, e que estes apresentam grandes dificuldades de aprendizado. Segundo uma pedagoga voluntária que ministrou capacitação na Casa Lar:

As crianças e adolescentes na sua grande maioria não têm problemas escolares, mas problemas emocionais. Portanto é preciso trabalhar o lado emocional e depois o cognitivo. Na casa lar tem que existir um clima de segurança, um ambiente calmo, tranquilo e acolhedor, pois o comportamento na casa refletirá em problemas na escola.

Diante do exposto torna-se difícil trabalhar com esta questão devido à insegurança que os meninos e meninas enfrentam cotidianamente em relação ao seu futuro, pois todos sabem que a Casa Lar é uma moradia provisória e que não é definitivamente a solução para as suas vidas. A insegurança se agrava mais entre os adolescentes, principalmente os que estão chegando à idade de sair.

Em relação ao lazer observa-se um recorte de gênero nas atividades. As meninas são educadas para as prendas domésticas como trabalhos manuais e aulas de pintura, embora haja quem esteja estudando computação. Já para os meninos, o reforço escolar e o brincar fora de casa definem o que é masculino.

C. Lazer

Nesta categoria serão verificados quais os tipos de lazer oferecido nas duas Casas Lares, se existem atividade de lazer em regime de co-educação conforme recomenda o artigo 92 do Estatuto e qual o tipo de lazer preferido pelos meninos e pelas meninas.

Na casa das meninas EN1 ressalta que as crianças e as pré-adolescentes saem para o parquinho ou para a pista (centro de lazer no bairro de Coqueiros), acompanhadas de uma monitora. As adolescentes saem separadas para festas, praias, na casa de algum parente ou amigos, entre outros. Nos dias de semana não tem nenhum tipo de lazer fora de casa, “as pequenas brincam de casinha, bola e na piscina de plástico. Atividades de lazer conjunto entre

as duas casas somente em datas festivas. É muito difícil ter alguma atividade programada”. Em relação à aceitação das meninas com as atividades “o envolvimento é integral e aceitação é total, porque as atividades partem delas mesmas”.

Na casa dos meninos EN2 explica que a própria monitora é quem prepara as atividades de lazer. Nos finais de semana, os meninos vão para o campo jogar bola e para a praia. Durante a semana eles jogam bola e tomam banho de piscina. “O que eles mais gostam é de jogar bola, até por sinal estão sem bola. Todos participam das atividades, pois as idéias normalmente partem deles”.

Podemos verificar que nas duas Casas não existem atividades programadas de lazer, normalmente as iniciativas partem dos próprios abrigados. Segundo as monitoras não existem atividades de co-educação. Pois, estas poderiam auxiliar na manutenção dos vínculos entre os irmãos e na convivência e troca de experiências entre meninos e meninas.

A questão de gênero também apareceu em alguns momentos, no qual colocam-se diferenças nos papéis dos homens e mulheres. A formação da identidade de gênero inicia-se desde o período da infância, pois se percebe isso em relação à diferença de lazer entre as duas casas. As meninas normalmente brincam de bonecas e de casinha como se tivessem treinando para ser mãe e boa dona de casa. Enquanto para os meninos existem brinquedos que ressaltam a sua postura de homem forte, chefe de família e protetor do sexo frágil. Conforme LEAL (1998), “socialmente se produz o ser masculino e o ser feminino em bases diferenciadas e os valores que regem os modos sexuais das relações não estão descolados dos modos sociais de produção de gênero”.

D. Socialização

A próxima categoria a ser analisada se refere à socialização entre os meninos e as meninas em relação à equipe técnica, com a monitoria e entre os próprios abrigados. Outro aspecto a ser considerado é a questão do namoro e da sexualidade e a convivência de um monitor nas Casas Lares.

Segundo EN1 a relação das meninas com a equipe técnica “é boa, elas estão mais próximas, conseguem reivindicar o que querem, conseguem questionar o não. Enfim, elas tem espaço para se comunicar com a equipe técnica”. A relação das meninas com as monitoras “é boa, depois que uma monitora saiu, não teve mais reclamação. Cada monitora resolve seus próprios problemas”. As adolescentes normalmente “gostam de enfrentar alguma monitora, por isso é preciso ser firme nas decisões”.

Em relação a socialização entre as meninas EN1 responde “elas se ajudam, são cooperativas”. Normalmente há pouca briga ou agressão física entre as pequenas, “isto é bem raro, existe mais discussões entre as pré-adolescentes”. As adolescentes ajudam a cuidar das menores, o relacionamento é de amizade, porém elas não podem se sentir responsabilizadas e se tornarem autoritárias, pois “podem começar a tratar as pequenas como se fosse sua propriedade e bater por se achar mãe delas”. Mas não existe este tipo de comportamento na casa, a monitora precisa ter o cuidado para que elas não assumam o seu próprio papel.

A relação entre os meninos e as meninas “é flexível, tem hora que está bem, outros momentos não, principalmente por causa dos namoros entre os pré-adolescentes”. EN1 responsabiliza os meninos pelo fracasso da socialização entre os abrigados:

Os meninos são mais imaturos, confundem as coisas, não querem somente amizade, querem namorar. Eles não conhecem ninguém fora das casas e não sabem conversar, não tem assunto, eles somente sabem conversar com as

meninas da Casa Lar. Também são muitos fofoqueiros, falam coisas que não existem, que não acontecem. Eles acham que podem fazer com as meninas o que querem. Toda vez que junta os meninos e as meninas termina em confusão, por causa da fofoca.

A relação dos meninos com a equipe técnica, segundo EN2, “é afastado, eles reclamam muito, acham que as estagiárias não conversam com eles, sentem a ausência delas. Normalmente as estagiárias somente dão atenção para um menino e os outros se sentem rejeitados”. A relação com a monitoria “é ótimo, é festa para todos quando chegamos, a equipe está trabalhando com boa interação e articulação. Os meninos gostam de todas as monitoras. Atualmente somente falam coisas boas, porque está sendo feita a vontade deles”.

O relacionamento entre os meninos segundo EN2

está bom, tenho três meninos que tem os hábitos de rua, e isto está ocasionando um pouco de problema na casa em relação aos outros. Recentemente não tem nenhum tipo de líder na casa, depois que dois meninos saíram, não houve mais brigas. Eles estão mais participativos, carinhosos e amigos. Quando tem algum problema na casa eu não chamo individualmente para conversar, converso com todos ao mesmo tempo principalmente na hora das refeições, para que sirva de exemplo para todos. Faço questão que eles assistam a Cidade Alerta é um programa de televisão bem violento, para que eles saibam que existe violência lá fora.

As relações entre as duas Casas Lares é assim descrito por EN2: “quando estão eu e a EN1 é ótimo. De certa forma se relacionam bem, existe um pouco de ciúme, porque tudo é para as meninas e nada para eles. Todos dão muitas coisas para as meninas e acabam esquecendo dos meninos”.

Nesta categoria, EN2 chama atenção para um desprestigiamento da Casa Lar dos meninos por parte da equipe técnica e das estagiárias. Este fato, pode estar relacionado com uma preferência de gênero entre as duas casas. As meninas normalmente são consideradas mais fáceis de se trabalhar, devido à submissão histórica e cultural em que a mulher foi submetida. Por outro lado, pode se considerar à inflexibilidade da EN2 sob algumas questões

relacionadas com os meninos e que até em alguns casos acaba dificultando a intervenção profissional. Percebe-se, portanto uma rigidez na aceitação de opiniões exteriores, mesmo que sejam de profissionais qualificados, sob a educação e cuidados relacionados com os meninos.

Em relação ao namoro e sexualidade EN1 referindo-se as meninas “elas têm muita carência afetiva, não sabem diferenciar namoro e amizade, precisam de maior socialização entre outros meninos que não sejam da Casa Lar para amadurecer estas questões”. No momento, nenhuma das meninas está namorando. A sexualidade é um assunto muito conversado na casa, a orientação e a educação partem das monitoras, não tem nenhum trabalho específico sobre este tema, são tiradas as dúvidas no cotidiano. As pré-adolescentes são “as que mais apresentam dúvidas, não costumam comentar tais assuntos por motivo de vergonha”. A casa já proporcionou palestras sobre o tema sexualidade, “mas deveria existir um trabalho efetivo na casa principalmente com as pré-adolescentes”.

Na casa dos meninos EN2 comenta “não me incomodo com a questão do namoro, eles pedem conselhos. Sinto que eles preferem namorar as meninas da Casa Lar, porque se sentem mais seguros. Para eles parece que somente existem as meninas da Casa Lar”. Com relação à sexualidade é “normal, não tenho incomodação, depois que aconteceu a separação dos quartos. Os adolescentes pedem orientação para mim, tenho bom relacionamento com eles”.

O namoro nas Casa Lares é uma questão preocupante, principalmente para as pessoas que trabalham com esta demanda, afinal, o abrigo tem toda responsabilidade sobre os abrigados e chegar numa conclusão que eles estão ou não prontos para este tipo de relacionamento se torna em muitos casos uma decisão difícil. Em alguns destes casos, à equipe técnica conta com auxílio de psicólogas e da própria monitoria. Percebemos que existe sobre as meninas uma preocupação maior em relação à questão do namoro.

Em relação a este assunto os meninos são educados com mais liberdade do que as meninas, este fato é uma das conseqüências entre as relações de gênero.

A forma hierarquizada como, historicamente, as relações de gênero vêm se organizando na sociedade, condiciona as mulheres a viver numa situação de invisibilidade pública. Foi-lhes reservado, exclusivamente, o espaço privado, com a incumbência de desempenhar, muito bem, diga-se de passagem, o papel de “dona de casa”, esposa, mãe (reprodutora e educadora). (FERNANDES e OLIVEIRA, 1998, p. 38).

Com relação à sexualidade entre as meninas, são as pré-adolescentes que mais necessitam de orientação. Na casa dos meninos a preocupação situa-se entre alguns que apresentam problemas com a sexualidade.

Diante do exposto se torna necessário entender e diferenciar questões que estão ligadas a sexualidade, principalmente entre os meninos. Os problemas de sexualidade vivenciados por alguns meninos, poderão estar interligados com as conseqüências da violência sexual que sofreram, mas também poderá ser simplesmente a sua opção sexual. Portanto é necessário a construção de um trabalho específico, oportunizando um espaço de diálogo e de orientação em que os meninos e as meninas ficassem a vontade para abordar a questão. Conforme REICH (1988), “muito depende da maneira de abordar a questão sexual. Primeiro, não se deve pessoalmente ter nenhum vislumbre de timidez ou posição negativa diante da sexualidade; segundo, é preciso falar francamente e sem embargo, diretamente”.

Quando foi perguntado se na casa era necessária a presença de um monitor do sexo masculino, EN1 explica que “não, pois tira a privacidade e a liberdade das meninas”. De vez enquanto é positivo na forma de visita ou voluntário “porque elas precisam de um referencial masculino. Poderia ser um homem que fizesse algum tipo de trabalho com elas, para se socializar melhor, porque elas não sabem diferenciar entre irmãos, namorados e amigos”.

Sobre a presença de um monitor na casa dos meninos EN2 responde

não daria certo, os meninos não aceitam, porque eles se dão melhor com mulher do que homem. Muitos deles foram violentados por homens, mãe é mãe, mas o pai eles não perdoam. Se xingar a mãe eles não aceitam, porém se for o pai eles nem dão bola. Já houve monitores homens na casa, mas eles não respeitam, nem quando é visita. Quando eles vêem um homem estranho na casa mudam o comportamento, mas quando é mulher eles ficam bobos, querem conhecer, acham bonita. Eles não aceitam que homens os mandem.

De acordo com as monitoras a presença de um monitor do sexo masculino não é considerada essencial nas duas Casas Lares. Porém, é interessante levar em conta a sugestão de EN1 de que a presença de um voluntário do sexo masculino poderia ajudá-las a compreender melhor como se dão às relações entre os sexos. Já o depoimento de EN2 traz uma questão séria para se pensar tanto em relação às meninas quanto em relação aos meninos.

Do ponto de vista da monitora da casa dos meninos, uma monitora do sexo feminino, consegue contemplar melhor as necessidades básicas dos abrigados e os cuidados com a casa. Os meninos se sentem mais seguros com a presença feminina e desta forma se sentem mais próximos do convívio familiar. Tal comportamento pode ser entendido através de como o papel do homem é estabelecido em cada sociedade. Conforme GROSSI (1997) “Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado como papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra”.

Em nossa sociedade o homem é criado e educado geralmente para não demonstrar seus sentimentos, não pode chorar, precisa ser forte e sustentar a família, precisa manter o controle da situação e o poder, entre outros. Porém, em um Abrigo normalmente os maiores problemas estão relacionados com a carência afetiva. Diante deste fato, segundo as monitoras, as mulheres conseguem trabalhar melhor com tais questões.

E. Convivência familiar e comunitária

Outra categoria a ser analisada é a convivência familiar e comunitária. Nesta questão será discutido como meninos e meninas vivenciam a separação familiar, como acontecem as visitas familiares, o apadrinhamento afetivo, a colocação em família substituta e a preservação de vínculo entre irmãos.

Em relação à forma que as meninas vivenciam a separação familiar, EN1 relata “a maioria não se importa se há contato ou não com a família. Elas não são de falar muito da mãe ou do pai, não demonstram saudade”. No momento nenhuma menina recebe visita familiar. O apadrinhamento afetivo “no momento não está funcionando, somente uma menina tem madrinha afetiva, ela sai todos os finais de semana e há acompanhamento pelo Serviço Social e da Psicologia”. Em relação às outras meninas “acontecem esporadicamente convites de voluntários, sem compromisso, para passeios”. A colocação em família substituta “é rara, o último caso de adoção aconteceu em março de 2003 para Itália”. Para a aproximação e manutenção do vínculo entre irmãos, “a Assistente Social incentiva encontros, normalmente se vêem no grupo dos pré-adolescentes, em 15 e 15 dias. Mas efetivamente não é nada realizado”.

Na casa dos meninos EN2 relata que eles não pedem para ver a família, somente um menino comenta sobre a sua família. Os outros não demonstram interesse, nem através de telefonemas e nem visitas, “parecem ser órfãos de pai e de mãe”. No momento somente um menino recebe visita familiar nos finais-de-semana, mas “ele não demonstra interesse, o encontro é distante e não é carinhoso”. Atualmente um menino participa do projeto apadrinhamento afetivo, “o relacionamento é de interesse por parte do menino e não afetivo. É

uma pena somente um menino ter, seria bom se todos tivessem”. Com relação à colocação em família substituta, segundo EN2

A adoção é muito difícil, primeiro porque são meninos e por causa da idade. As pessoas acham que são meninos de rua que roubam, usam drogas, são olhados lá fora como pivetes. Mas eles não são assim, estão ali por problemas em casa, são meninos normais. Às vezes é melhor pegar um menino do que uma menina, porque menino não é assanhado, fofoqueiro, ele é companheiro, carinhoso. Eles não sabem o que estão perdendo, é bem mais fácil educá-los. Os egressos conversam comigo porque a casa é ainda sua referência. É muito difícil uma adoção, não presenciei nenhuma em sete anos de trabalho na casa, existiu três ou quatro casos de meninos que voltaram para sua própria família.

Sobre o que é realizado para aproximação e manutenção do vínculo entre irmãos EN2 relata “os vínculos de irmãos são mantidos através de visitas, não tem nenhum incentivo, acontece naturalmente”.

Nesta categoria foi possível perceber a dificuldade do Abrigo em manter e promover a convivência familiar e comunitária. Na percepção das monitoras, os meninos e as meninas não demonstram interesse em relação a suas famílias, por outro lado às famílias também não demonstram interesse. Muitas famílias encontram no Abrigo a única solução possível para os problemas relacionados aos filhos, enquanto tais problemas não são solucionados no âmbito familiar, a criança e o adolescente permanecem abrigados sem prazo determinado. O processo judiciário é lento e a idade avançada para adoção dificulta a colocação em família substituta.

Os casais que se candidatam a adoção têm, às vezes, expectativas e escolhas difíceis de serem atendidas. Sua preferência é geralmente por bebês ou crianças pequenas de cor branca, ao passo que, inversamente, há um número grande de crianças maiores, grupos de irmãos de cor parda, que espera muito tempo por uma adoção. (CALDERÓN, 1994, p. 29).

Apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano institucional a convivência familiar e comunitária deverá ser o principal objetivo de uma ação profissional diante desta questão, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90)

Art. 19 - Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

F. Atendimento terapêutico

Esta categoria tem como objetivo definir os tipos de atendimentos terapêuticos que são viabilizados pelas Casas Lares, se existe diferença em relação à necessidade a meninos e meninas e em relação à efetividade desses trabalhos.

Em relação ao tipo de atendimento oferecido EN1 explica “a casa busca psicólogas voluntárias, atualmente cinco meninas estão fazendo tratamento. Também tem o grupo das pré-adolescentes e dos pequenos, nestes grupos são trabalhados meninos e meninas juntamente”. Em relação à necessidade, “a maioria das meninas precisam de atendimento psicológico”, os maiores problemas são carência afetiva, atenção, atendimento individual.

Segundo EN1

tem que dar atenção para todas se não elas se sentem rejeitadas, tem que estar presente em tudo. Quando elas estão quietas, distantes tem algum problema, elas gostam de chamar atenção das monitoras, estarem quietas não significa estar tudo bem, isto também pode ser sintoma de doença. Elas cobram atenção sendo agressivas, gritando. Não adianta colocar várias meninas na casa sem dar qualidade de vida. Não sabem conviver com ninguém, é preciso socializar elas com mais pessoas na rua, na comunidade, e trazer mais pessoas diferentes na casa, porque a maioria vai da escola para casa e da casa para a escola. Na casa somente assistem televisão, principalmente nas férias. O governo deveria dar mais assistências a essas meninas, colocá-las em algum projeto social e comunitário.

Sobre a efetividade do atendimento psicológico “existe continuidade no atendimento, o processo é contínuo e positivo e ajuda bastante”.

Na casa dos meninos EN2 informa que três meninos freqüentam psicólogo, um menino tem atendimento de uma psicopedagoga e o grupo dos pré-adolescentes e dos pequenos, é atendido pelo Serviço Social do Abrigo. “Deveria buscar mais atendimento psicológico, eles gostam de conversar”. Em relação aos grupos “eles não gostam de ir, não fazem questão, porque eles não gostam de ficarem parados, eles querem sair, ver coisas diferentes. Eles vão para o grupo forçados por mim”. Com relação à efetividade “Psicóloga para mim não resolve, tem um menino que fica melhor quando não vai ao tratamento. O que falta para eles são mais atividades para descarregar a energia deles, por exemplo, a natação”.
(EN2)

O atendimento terapêutico para esta demanda é essencial, conforme o Projeto Casa-Lar (1993) “cada abrigado, via de regra, traz uma carga emocional bastante acentuada (abandono, fome, mendicância, desagregação familiar, maus-tratos...)”. O acompanhamento profissional deve ter caráter multidisciplinar, a Assistente Social das Casas Lares normalmente trabalha em articulação com psicólogas e pedagogas na forma de orientação e consulta.

Os abrigados precisam estar mais envolvidos com atividades de lazer e esportivas para manterem um desenvolvimento mais saudável, segundo as monitoras.

G. Demandas

Nesta última categoria trabalhada são discutidas as demandas verbalizadas pelos meninos e pelas meninas as monitoras.

Na casa das meninas EN1 demonstra o que as adolescentes mais sentem falta “é de orientação, têm muitos questionamentos, principalmente as que estão próximas de sair, sobre seu futuro. Elas pedem trabalho, divertimento, lazer, curso profissionalizante, computador, mais liberdade. E as pequenas pedem para passear”.

Na casa dos meninos En2 relata que eles pedem “mais atividades, principalmente natação, vídeo game. Nos finais de semana pedem para sair, jogar bola, ir à praia. Eles aceitam tudo, e tudo que eles tem agradecem, principalmente para mim”.

Podemos observar que existe uma preocupação entre as adolescentes da casa das meninas em relação ao futuro. Este é um comportamento vivenciado no Abrigo, pois para a maioria a instituição se tornou sua residência efetiva e sua única referência. A insegurança de enfrentar o mundo lá fora e em muitos casos sozinhos é muito grande. As Casas – Lares de Coqueiros buscam preparar o adolescente para o desligamento e quando isto acontece ainda prestam assessoria aos egressos através de auxílio de cestas básicas, roupas, medicamentos, entre outros. Segundo Projeto Casa – Lar (1993)

O desligamento da criança deverá ser preparado com responsabilidade e competência. Sempre que possível é importante que a equipe técnica realize acompanhamento aos egressos, pois, tanto as crianças como as famílias necessitam de apoio e orientação no processo do desligamento.

De forma geral, as Casas Lares São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo procuram realizar um bom trabalho diante desta questão social, porém se defrontam com diversas dificuldades, principalmente financeira. Mas apesar da boa vontade e profissionalismo das pessoas que trabalham com esta demanda, várias necessidades das crianças e adolescentes não conseguem ser contempladas. Afinal, o Abrigo precisa estar em articulação com uma rede de serviço efetiva e de qualidade para que consiga amparar e atender tais necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o atendimento prestado nas Casas Lares São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo e a forma como essa experiência é vivenciada pelos meninos e meninas, se tornou uma tarefa árdua diante da complexibilidade das ações profissionais voltadas para esta demanda.

Este estudo procurou pontuar algumas diferenças de cotidiano, atendimento, vivências, que se tornam necessárias para uma intervenção profissional. Considerar as questões de gênero são essenciais para entendermos algumas diferenças, porém muitas vezes estas se mostram na forma de como as monitoras realizam seus trabalhos e até que ponto acreditam nesta medida de proteção.

Verificou-se através da pesquisa, segundo o ponto de vista das monitoras, que alguns procedimentos e atendimentos se diferenciam entre os meninos e as meninas. Na casa das meninas os horários de acordar e dormir, os horários de alimentação e os hábitos alimentares são mais flexíveis, do que na casa dos meninos, os quais tendem a serem mais institucionalizados.

As atividades domésticas são realizadas com a participação de todos os abrigados. Porém, devido a algumas questões de gênero, as meninas costumam apresentar maior participação e assumi-las de forma mais natural.

As atividades de lazer, conforme as monitoras, não são programadas nas duas casas. As atividades pedagógicas são mais variadas na casa das meninas do que na casa dos

meninos. O atendimento terapêutico é essencial nas duas casas, apesar da monitora da casa dos meninos mostrar-se ambivalente em relação a sua eficácia.

De acordo com as monitoras, a separação familiar é vivenciada pelos meninos e meninas com aparente indiferença, normalmente não costumam demonstrar interesse pelas suas famílias.

A monitora da casa dos meninos não acredita na intervenção de outros profissionais, considera que poderia resolver todos os problemas. Porém, isto proporciona uma independência maior por parte dos meninos e uma centralização das atividades em suas mãos.

Enfim, podemos verificar, através das monitoras, a necessidade de realizar um trabalho mais integrado na casa dos meninos, proporcionando mais atividades de lazer e pedagógicas, e uma maior aproximação por parte da equipe técnica. Por outro lado, se torna explícito à necessidade de capacitações e ciclos de debates para a monitoria, de forma contínua, com o intuito de contemplar os problemas enfrentados diariamente com a equipe técnica.

As questões foram analisadas através da percepção da monitoria, mas o Serviço Social da instituição entende tais questões de forma diferenciada. O atendimento é realizado de forma uniforme nas duas casas, a diferença encontra-se na forma como as monitoras estão trabalhando com estas demandas. A convivência familiar é mais assídua do que foi colocado pelas monitoras.

Podemos verificar algumas diferenças de informações colocadas pela monitoria em relação à equipe técnica. O problema pode estar situado na forma como as informações estão sendo trocadas entre as duas Casas – Lares, mas principalmente entre a monitoria e a equipe técnica.

Diante desta realidade apresentada concluiu-se que o abrigo é vivenciado diferentemente por ambos os sexos, em alguns aspectos específicos discutidos e levantados neste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. Políticas de assistência social. **Subsídios para conferencia nacional de assistência social**, nº 3. Brasília, outubro de 1995.

ALTOÉ, S. **Jovens depois do internato**. Tempo e Presença, 1991.

ALVES, Giovani. Ofensiva neoliberal, toyotismo e fragmentação de classe. In: **Universidade e sociedade**. ANDES – Sindicato Nacional. São Paulo, ano VI, nº 10, janeiro de 1996.

ARIÉS, Philipp. & Duby, G. **Historia social da criança e da família**. Rio de janeiro: zahar, 1978.

AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V. N. A. **A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **Violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

_____. **Apostilas do IV telecurso de especialização em violência doméstica contra criança e adolescente**. LACRI/USP: São Paulo, 1997.

_____. **Infância e violência fatal em família**. São Paulo: Iglu, 1998.

BOWLBY, J. **Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Cuidados maternos e saúde mental**. Tradução: Vera Lucia Baptista de Souza e Irene Rizzini. 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1995.

BRASIL. **Estatuto da criança e adolescente**. Brasília: Governo Federal, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos humanos e violência intrafamiliar: informações e orientações para agentes de saúde.** Secretaria de Políticas de Saúde. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências.** Portaria MS/GM nº 737 de 16/5/01 publicada no DOU nº 96 seção 1E, de 18/5/01. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira e um programa de proposta alternativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.13-20.

CALDERÓN, A. I. (Coord.). **Guarda familiar: desafios e propostas.** São Paulo: IEE PUC-SP / CBIA, 1994.

CARVALHO, M. do C. B. (Coord.). **Trabalhando abrigos.** São Paulo: IEE PUC-SP, 1993.

CARVALHO, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 2000.

CASTRO, Reginaldo de. **Entrevista** realizada pela folha de São Paulo, 10 de dezembro de 1998, p. 1-3.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: editora Rideel, 1988.

COSTA, A. C. G. da. **Aventura pedagógica nº 3.** UNICEF, Brasília, 1990.

COSTA, A. C. G. da. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 1994.

CUT. **Gênero: de onde vens, para onde vais?** Florianópolis: escola Sul da CUT, 1998.

DESLANDES, S. F. **Prevenir a violência**: um desafio para profissionais da saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ ENPS/ CLAVES, 1994.

FALEIROS, V. de P. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores**: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Trabalho apresentado na oficina de indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, promovida pelo CECRIA. Brasília: Editora Organização, 1997.

FARINATTI, F. et al. **Pediatria social**: a criança maltratada. Rio de Janeiro: Editora Médica e Científica Ltda, 1993.

FERNANDES, F. R. e OLIVEIRA, S. M. **O protagonismo das mulheres no cotidiano da Vila Israel**: (re) construindo horizontes para uma participação cidadã. TCC apresentado ao departamento de Serviço Social da UFRN, 1998.

FLEURI, R. M. Educação inter cultura: desafios emergentes na perspectiva dos movimentos sociais. In: FLEURI, R. (org.). **Inter cultura e movimentos sociais**. Mover / NUP – UFSC, 1998.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

GROSSI, M. & MIGUEL, S. **A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre mulher no Brasil**. Florianópolis: Mineo, 1990.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Programa de pós-graduação em antropologia social, UFSC, 1997.

GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

GUERRA, V. A. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisada. São Paulo: Cortez, 1998.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In:.

_____. (org.). **Estado e políticas sociais do neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-178.

LEAL, Ondina. Cultura reprodutiva e sexualidade. In: **Revista estudos feministas**. nº 2. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UF RJ, 1998.

LOPES, J. R. B. **Novos parâmetros para a reorganização da política social brasileira**. Texto para discussão nº 358. Brasília: IPEA, 1994, p.30-80.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método, criatividade**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MIOTO, R. C. Família e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 55, ano XV, novembro de 1997.

MONTEIRO, L. & PHEBO, L. **Maus-tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção**. ABRÁPIA/ FIA, 1997.

OLIVEIRA, R. N. C. A mediação na prática profissional do assistente social. **Revista social e sociedade**. nº 26, 1998, p. 79-92.

OLIVEIRA, M. G. da S. **O projeto de apadrinhamento afetivo nas Casas – Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz: Práticas vivenciadas – 1998 a 2001**. Florianópolis, 2002. Monografia para obtenção de título de Especialista – Centro de Ciências da Educação, UDESC.

PICADO, S. C.; RODRIGUES, M.F. **Reflexões sobre a prática da instituição e o direito à convivência familiar**. In: em PAUTA – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, nº 17, Rio de Janeiro; UERJ, 2002.

REICH, Wilhelm. **A revolução sexual**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

RIBEIRO, M. S. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis, SC: Ioesc, 1999.

RIZZINI, I.; CASTRO, M. R. de; SARTOR, C. D. **Pesquisando... guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça e Administração. Centro brasileiro para Infância e a Adolescência – SC. **Projeto Casa – Lar**: Uma alternativa de atendimento as crianças a adolescentes. Florianópolis: IOESC, [1993].

SILVA, R. **Os filhos do governo**. São Paulo: Ática, 1997.

VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente**: origem, desenvolvimento e perspectivas (uma abordagem sócio – jurídica). Florianópolis, 1996. Tese para professor titular. Departamento de direito Publico e Privado e Ciência Política, UFSC.

VICENTE, C. M. **O direito à convivência familiar e comunitária**: uma política de manutenção dos vínculos. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). Família brasileira: a base de tudo. 2ª. São Paulo: Cortez, 1994. p. 47-59.

VOGEL, Arno & Mello. **A arte de governar crianças**: histórias das políticas sociais da legislação e da assistência a infância no Brasil. In: Rizzini, Irene. Instituto Del Ninõ. Rio de Janeiro: Universitária Santa Ursula, Amais Livraria e Editora, 1995.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

WEBER, L. N. D.; KOSSOBUDZKI, L. H. M. **Filhos da solidão**: institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1996.

ANEXO A

**REGIMENTO DAS CASAS LARES NOSSA SENHORA DO CARMO E SÃO JOÃO
DA CRUZ/COQUEIROS.**



CASA-LAR NOSSA SENHORA DO CARMO

Rua Dr. Abel Capela, 585 - Coqueiros - 88.080-250 - Florianópolis - SC - Fone: 248-0764

CASA-LAR SÃO JOÃO DA CRUZ

Rua Vitor Silva, s/nº - Coqueiros - 88.080-280 - Florianópolis - SC - Fone: 248-8414

REGIMENTO DAS CASAS-LARES NOSSA SENHORA DO CARMO E SÃO JOÃO DA CRUZ/COQUEIROS

DA IDENTIDADE DA UNIDADE

As Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz, localizam-se respectivamente, as ruas Dr. Abel Capela, número 585 e Vitor Silva, esquina Almirante Tamandaré, s/n, ambas no bairro de Coqueiros, Florianópolis, Santa Catarina.

A Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo foi fundada em 16/04/94 e a São João da Cruz em 96.

As Casas-Lares reger-se-ão por este regimento, aplicando-se nos casos omissos a legislação conveniente (ECA – art. 90 a 102) para cada caso.

As Casas-Lares têm como entidade mantenedora as Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros.

DOS FINS E OBJETIVOS

As Casas-Lares têm como finalidade abrigar crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social e/ou pessoal, encaminhados por órgãos competentes (Juizado da Infância e da Juventude

DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

A direção das Obras Sociais é o gestor do funcionamento das Casas-Lares, no sentido de garantir o alcance dos objetivos definidos no seu estatuto.

A direção geral da instituição é exercida pela diretoria eleita em assembléia e com mandato de 2 anos.

A direção das Casas-Lares é exercida por um coordenador geral, escolhido pela diretoria da instituição, em caráter voluntário.

Os serviços técnicos serão prestados por pessoal contratado:

- a) coordenador técnico
- b) educadores

Os serviços gerais serão prestados por pessoal contratado:

- a) monitores nível I, II e III;
- b) responsável por serviços gerais

As atribuições de cada função, dentro das Casa-Lares, constam no anexo, parte integrante deste regimento.

DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DIREITOS E DEVERES

Dos direitos

Direito à acessar e apropriar-se dos conhecimentos e benefícios sociais produzidos pela sociedade, desenvolvendo-se integralmente como cidadão. Neste item subtem-se o acesso e permanência na escola e outras redes sociais, que contemplem a doutrina da proteção integral;

Direito de ser protegido em ambiente seguro e aos cuidados constantes de adultos;

Direito de manter-se informado sobre sua condição de abrigo, sua situação familiar e das ações profissionais realizadas em prol de suas demandas e necessidades;

Direito a manter vínculos familiares, sempre que não haja impedimento legal, através de visitas ou telefonemas;

Direito à saúde, englobado nesta a higiene e a alimentação;

Direito de ouvir e ser ouvido, sendo desta forma, capaz de expressar suas opiniões e argumentos, bem como, críticas, sugestões etc.;

Direito à amizade (principalmente visita de amigos), porém respeitando alguns espaços de ocupação das Casas, como por exemplo, os quartos, visto que estes são coletivos e não pertencem a uma única pessoa;

Direito a espaço físico que favoreça suas necessidades e características;

Direito à liberdade, ao respeito e a dignidade. O direito a liberdade compreende os seguintes aspectos (ECA - art. 16):

- *direito de ir e vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;*
- *direito à opinião e expressão;*
- *direito à crença e culto religioso;*
- *direito de brincar, praticar esportes e divertir-se;*
- *direito de participar da vida comunitária sem discriminação.*

O direito ao respeito (ECA - art. 17) consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Será realizada uma reunião semestral nos abrigos, onde participarão 2 monitores, 4 crianças e ou adolescentes, o coordenador geral e o técnico, para discutir e refletir sobre assuntos de interesse dos envolvidos.

Dos deveres

Dever de respeitar as regras das Casas-Lares;

Dever de participar nas atividades desenvolvidas;

Dever de manter a higiene e conservação dos materiais e instalações tanto da Casa, quanto pessoais;

Dever de respeitar todas as pessoas, com quem convive nas Casas, sem distinção;

Dever de freqüentar a escola e cumprir os compromissos escolares.

DOS PAIS – DIREITOS E DEVERES

Dos direitos

Direito de conhecer e estar ciente deste regimento;

Direito de manter contato com seus filhos, por visitas ou telefonemas, desde que não haja impedimento legal;

Direito de manter-se informado sobre a situação de abrigo dos filhos.

Dos deveres

Dever de comparecer as Casas-Lares quando solicitados, respeitando a data definida;

Dever de trazer e apresentar os documentos solicitados.

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica das Casas-Lares deve estar fundamentada numa concepção de criança cidadã em processo de desenvolvimento.

DOS REGISTROS, ESCRITURAÇÃO E ARQUIVOS

A escrituração e arquivamento têm como finalidade assegurar em qualquer tempo a verificação de:

I – identidade de cada criança e adolescente;

II – documentação específica das Casas.

Os atos das Casas-Lares serão registrados em livros, fichas ou em instrumentos informatizados, resguardados as características imprescindíveis, cabendo sua autenticidade à disposição da assinatura dos coordenadores.

Constituem os arquivos das Casas-Lares:

I – Prontuários

Onde deverão constar os documentos das crianças e adolescentes; os relatórios sociais; as intervenções profissionais realizadas; a evolução dos tratamentos médicos, psicológicos etc.; as questões escolares etc.

Assim, constituem-se como documentos individuais dos abrigados, a carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, carteira de saúde, fotografias e certidão de nascimento.

Os prontuários constituem-se em registros individualizados de cada criança e adolescente, contendo informações sigilosas. A equipe de Serviço Social é que tem acesso exclusivo aos prontuários, sendo que é ela que realiza as intervenções necessárias frente às demandas das crianças, adolescentes e suas famílias.

II – Documentação relativa às Casas-Lares que compreende:

- Livro ponto;
- Registro de patrimônio (sede da entidade);
- Cadastro individual dos funcionários;
- Avisos e outros.

Este regimento será alterado sempre que as conveniências assim o exigirem.



Maria
M. M. M.

Florianópolis, março de 2002.

ANEXO

FUNÇÕES DOS PROFISSIONAIS DAS CASAS-LARES

I – COORDENADOR GERAL

Será indicado pela diretoria, em regime de trabalho voluntário, devendo ser selecionado entre pessoas capacitadas a desenvolver ações junto a crianças e adolescentes;

Coordenar e supervisionar o planejamento pedagógico e social das crianças e adolescentes;

Acompanhar e orientar as atividades administrativas e de monitoramento;

Colaborar no aprimoramento na equipe das Casas, propondo reuniões, encontros, palestras, cursos e treinamentos;

Selecionar pessoal para o trabalho nas unidades;

Garantir, se necessário, o remanejamento de pessoal entre as Casas;

Opinar junto a diretoria sobre o quadro de pessoal necessário ao bom funcionamento das Casas;

Prestar conta, junto à entidade mantenedora, das despesas das Casas;

Autorizar compras necessárias ao bom funcionamento das mesmas, desde que existam recursos disponíveis para tal;

Responsabilizar-se pelos contatos com colaboradores das Casas-Lares;

Receber e encaminhar voluntários;

Representar as Casas-Lares sempre que solicitado, pela diretoria, em reuniões, palestras e outros eventos de interesse da instituição;

Participar das reuniões dos diversos setores da sociedade que realizam trabalho com crianças e adolescentes.

II – COORDENADOR TÉCNICO

O cargo será exercido por assistente social.

Acompanhar e coordenar o trabalho social junto às crianças, adolescentes e suas famílias;

Elaborar relatórios técnicos;

Coordenar e supervisionar o trabalho dos estagiários de Serviço Social;

Colaborar no aprimoramento da equipe das Casas propondo a realização de encontros, palestras e treinamentos;

Participar das reuniões dos diversos setores da sociedade que realizam trabalho com crianças e adolescentes;

Representar as Casas sempre que solicitado em universidades, reuniões, palestras e conferências, de interesse da instituição;

Organizar e coordenar as reuniões mensais com a equipe das Casas;

Elaborar projetos para obtenção de recursos;

Propor alternativas para angariar recursos;

Acompanhar o trabalho dos voluntários.

Carga horária: 20 horas semanais.

III – MONITORES

Respeitar e assumir compromisso com a proposta, as metas e os objetivos das Casas-Lares;

Fazer respeitar os direitos e deveres das crianças e adolescentes;

Tratar todas as crianças e adolescentes sem distinção e ou preconceito;

Estabelecer com todos os membros das Casas um convívio prazeroso, num espírito de cooperação e solidariedade;

Receber e atender com atenção as crianças e adolescentes, seus pais, padrinhos ou demais pessoas que procurem as Casas-Lares;

Não comentar, em hipótese alguma a história de vida dos abrigados, a não ser com os técnicos, a fim de estudos e informação;

Não prestar informação a terceiros a respeito dos abrigados, cabendo essa tarefa ao assistente social responsável;

Manter o ambiente das Casas organizado, em favor dos seus ocupantes;

Estar atento as normas das Casas (funcionamento da cozinha, serviços gerais, coordenação etc.), procurando trabalhar o mais articulado possível com todos os setores;

Não esquecer que os hábitos de higiene e alimentação das crianças e adolescentes são fundamentais no dia a dia e fazem parte do planejamento geral das Casas;

Discutir com os coordenadores os avanços, dúvidas e dificuldades com o trabalho diário;

Participar das reuniões de equipe e da parada pedagógica sempre que convocado.

MONITOR NÍVEL I

Será responsável pelo atendimento dos abrigados no período diurno, cabendo-lhe:

Refeições: cardápio e confecção, controle e organização dos alimentos na despensa;

Encaminhamento ao colégio, tarefas escolares e atendimentos especiais;

Zelar pela higiene das crianças e adolescentes, da Casa e do vestuário dos abrigados;

Ministrar medicamentos prescritos.

Carga horária: 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, mais horas extras que se fizerem necessárias para cobrir o horário das 07:00 às 19:00 horas.

MONITOR NÍVEL II

É responsável pelo atendimento noturno dos abrigados.

Responsável pela higiene noturna;

Ministrar medicamentos prescritos;

Controle da enurese noturna;

Encerramento das atividades noturnas;

Preparo do café da manhã;

Despertar as crianças e adolescentes e encaminhá-los para a escola.

Carga horária: regime de trabalho de 12 horas por 36 horas (jornada de trabalho ininterrupta).

MONITOR NÍVEL III

Atendimento nos finais-de-semana.

Refeições: confecção;

Zelar pela higiene pessoal e da Casa;

Ministrar medicamentos prescritos;

Receber as visitas;

Proporcionar e acompanhar os abrigados em saídas para recreação.

Carga horária: 20 horas semanais a serem cumpridas aos sábados e domingos.

IV - ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS

Controlar, adquirir e providenciar a manutenção dos bens móveis das Casas;

Fazer compras de alimentos, material para limpeza e conservação;

Controlar o fluxo desses materiais nas Casas;

Organizar a lista de doações e doadores;

Manter controle e organizar junto à coordenação o cardápio das Casas;

Providenciar as notas fiscais para a prestação de contas.

Carga horária: 20 horas semanais.

HORÁRIO DAS CASAS-LARES

As Casas-Lares funcionarão em horário ininterrupto (24 horas).

HORÁRIO DE VISITAS

As visitas aos abrigados ocorrerão as quartas e sábados no período vespertino, salvo casos especiais, observados pela coordenação dos abrigos.

Florianópolis, março de 2002.



Handwritten signature in cursive script, likely of the author or coordinator, positioned below the date.

ANEXO B
INSTRUMENTO DE PESQUISA

Roteiro de Entrevista¹

A. Identificação:

1. Nome?
2. Função?
3. Horário de trabalho?
4. Em qual Casa Lar trabalha e por quanto tempo?

B. Funcionamento Cotidiano:

1. Existe diferença no funcionamento da Casa Lar Nossa Senhora do Carmo e na Casa Lar São João da Cruz em relação a:
 - Hábitos de sono
 - Hora de acordar e dormir
 - Horários e preferências de alimentação
 - Tarefas domésticas
2. No que as duas Casas Lares se assemelham e diferenciam em relação:
 - Infra-estrutura: tamanho da casa, espaços coletivos, espaços individuais.

C. Atividades Pedagógicas

1. Que atividades pedagógicas são desenvolvidas no âmbito da casa e fora dela e a quem se destinam?
2. Há diferenças na forma como meninos e meninas desenvolvem as atividades pedagógicas?

¹A entrevista será distribuída em categorias, objetivando uma melhor análise.

D. Lazer:

1. Quais as atividades de lazer oferecidas, em cada Casa Lar, e qual o envolvimento e aceitação dos meninos e meninas?
2. Há atividades de lazer em regime de co-educação?
3. Como ocorre a atividade de lazer nos fins de semana?
4. Qual o tipo de lazer preferido?

E. Socialização:

1. Há diferenças como meninas e meninos se relacionam:
 - Com a equipe técnica?
 - Com a monitoria?
 - Da mesma Casa?
 - Entre as duas Casas Lares?
2. Há diferença na forma como meninos e meninas vivenciam o namoro e a sexualidade?
3. Existe a necessidade da presença de um monitor do sexo masculino nas Casas Lares?

F. Convivência Familiar e Comunitária:

1. Há diferenças na forma como meninos e meninas vivenciam a separação familiar?
2. Como acontecem as visitas familiares entre meninos e meninas?
3. Como é realizado o apadrinhamento afetivo?
4. A colocação em família substituta (guarda, tutela, adoção) é mais frequente em um sexo do que em outro?
5. O que é realizado para aproximação e manutenção do vínculo entre irmãos?

G. Atendimento Terapêutico:

1. Que tipo de atendimento terapêutico as Casas Lares podem viabilizar?
2. Existe diferença em relação á necessidade do apoio terapêutico a meninas e meninos?
3. E em relação à efetividade?

H. Demandas:

1. As demandas de meninos e meninas dirigidas à monitoria ou equipe técnica divergem entre si?
2. Como são expressas essas demandas?